



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Av. Presidente Vargas, 62/12º andar - Centro CEP: 20071-000. Tel./Fax (021) 2518.2028 ramal 359
e-mail: doumesfi@ugf.br

JUDSON NUNES GODOI

**“KANT NO ÚLTIMO FOUCAULT: ESCLARECIMENTO COMO ATITUDE
CRÍTICA DO PRESENTE”**

**Dissertação de Mestrado
Área de Concentração: Ética**

2006 – Ano do Centenário de Nascimento de Luiz Gama Filho.

“O Brasil que precisamos construir, com oportunidade para todos, depende do êxito dos nossos esforços no campo da educação.”
Gonzaga da Gama Filho.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Av. Presidente Vargas, 62/12º andar - Centro CEP: 20071-000. Tel./Fax (021) 2518.2028 ramal 359
e-mail: doumesfi@ugf.br

MESTRADO EM FILOSOFIA

**“KANT NO ÚLTIMO FOUCAULT: ESCLARECIMENTO COMO ATITUDE
CRÍTICA DO PRESENTE”**

Por

JUDSON NUNES GODOI

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Gama Filho, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Rocha de Vasconcellos

Rio de Janeiro/08



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Av. Presidente Vargas, 62/12º andar - Centro CEP: 20071-000. Tel./Fax (021) 2518.2028 ramal 359
e-mail: doumesfi@ugf.br

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Av. Presidente Vargas, 62/12º andar - Centro CEP: 20071-000. Tel./Fax (021) 2518.2028 ramal 359
e-mail: doumesfi@ugf.br

O(A) autor(a), abaixo assinado(a), **autoriza** as Bibliotecas da Universidade Gama Filho a reproduzir este trabalho para fins acadêmicos, de acordo com as determinações da legislação sobre direito autoral, n(s) seguintes(s) formato(s)

(x) Fotocópia

(x) Meio digital

Assinatura do autor: _____

Dedicatória

A todos que lutam pela liberdade.

Agradecimentos

Agradeço ao Dr. Professor Jorge Vasconcellos que me orientou, a meus familiares que cederam sua paciência e souberam entender a dificuldade deste trabalho e a todos os amigos e colegas que me incentivaram a não desistir e fazer de um sonho uma realidade possível.

Epígrafe

“Não sei se é preciso dizer hoje que o trabalho crítico implica a fé nas luzes; ele sempre implica, penso, o trabalho sobre nossos limites, ou seja, um trabalho paciente que dá forma à impaciência da liberdade.”

MICHEL FOUCAULT

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade estudar e refletir sobre os estudos de Foucault que tratam do Esclarecimento kantiano e seus desdobramentos na atualidade. Foucault busca fazer uma análise detalhada do texto kantiano, de 1784, intitulado “O que é Esclarecimento?”, tendo em vista que nele, pela primeira vez, é feita uma análise crítica da própria atualidade, inaugurando uma nova forma de fazer filosofia, ou seja, uma reflexão filosófica entendida como ontologia do presente. Estudando os principais textos de Foucault a respeito do “Esclarecimento”, buscaremos entender não apenas de que modo essa noção envolve uma atitude crítica que possibilita a busca da liberdade como também o que leva Foucault a ir além do que Kant pensou sobre a questão, através da idéia de “atitude-limite”, o que o leva a ultrapassar as armadilhas das relações de poder, seja pela resistência através das letras, seja pela sublevação ou pelo cuidado de si.

Palavras-chave: Esclarecimento, Crítica, História, resistência, cuidado de si, atitude-limite, *ethos filosófico*.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour but d'étudier la pensée de Foucault portant sur la notion kantienne de "Lumières" et ses déploiements dans l'actualité. Foucault a mené une étude détaillée de la réponse de Kant à la question "Qu'est-ce que les Lumières?", parue dans l'année 1874. Il y a celle-ci, pour la première fois, une critique de l'idée de la modernité elle-même tandis qu'il s'agit d'une nouvelle façon de faire de la philosophie, qui est en train de se transformer en une sorte de "ontologie du présent". A partir des principaux textes de Foucault sur ce sujet, on peut non seulement comprendre en quoi ce concept implique une attitude critique qui permet la recherche de la liberté, mais également ce qui entraîne Foucault à aller au-delà de ce que Kant lui-même a écrit. Alors, l'adoption d'une "attitude limite" se prête à surmonter les pièges des relations de pouvoir, soit pour la résistance par l'écriture, soit pour l'insurrection ou pour le souci de soi.

Mots-clés: Lumières, Critique, Histoire, résistance, souci de soi, *ethos* philosophique.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 10
I – ESCLARECIMENTO: UMA REFLEXÃO CRÍTICA DO PRESENTE	p. 14
I. 1 – Poder e resistência em Foucault	p. 15
I. 2 – O papel do Esclarecimento a partir de Kant	p. 19
I. 3 – A liberdade como atitude crítica: a arte de não ser governado	p. 23
I. 4 – Governo pastoral e razão de Estado	p. 28
II - ONTOLOGIA DO PRESENTE COMO DISCURSO DE MODERNIDADE	p. 36
II. 1 – O presente como questão filosófica	p. 40
II. 2 – O caráter “acontecimental” do Esclarecimento	p. 42
II. 3 – O caso da Revolução Iraniana em Foucault	p. 46
II. 4 – Resistência e sublevação na Revolução Iraniana	p. 51
III – <i>ETHOS FILOSÓFICO</i> E ONTOLOGIA CRÍTICA DE NÓS MESMOS	p. 54
III. 1 – A possibilidade de um uso público da razão	p. 55
III. 2 – O <i>ethos filosófico</i> como uso público da razão	p. 60
III. 3 – Para uma Ontologia Crítica de nós mesmos	p. 66
CONCLUSÃO	p. 69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 71

INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta da necessidade imprescindível de discutir e pesquisar os mecanismos de controle que são obstáculos a uma maior liberdade do homem. As diferentes formas de governar e o surgimento de uma Crítica, na qual se torna possível questionar os meios que direcionam a ação dos indivíduos para interesses externos e aprisionadores, nos remetem ao texto de Kant “O que é Esclarecimento?”, de 1784, notadamente como ele é examinado pelo olhar atento de Foucault.

O período conhecido como o do “último Foucault”, que se estende de 1978 até 1984, ano de sua morte, nos fornece um rico material sobre o trabalho de resistência do sujeito em relação às diversas formas de controle e aos obstáculos às práticas de liberdade, delineando um conjunto de análises a respeito da idéia de “governo de si”. Procuraremos, através de textos e entrevistas oriundos do intervalo acima apontado, entender de que modo o Esclarecimento kantiano pode se articular com o pensamento de Foucault a partir do estudo da autonomia e da liberdade do homem e de sua relação com o próprio presente. Em “O que é a crítica?”,¹ fruto de uma conferência proferida em 27 de maio de 1978, Foucault identifica crítica com o que Kant entendia por Esclarecimento, e o que Kant chamava de “maioridade” Foucault define como “arte de não ser governado”. Notaremos, ainda, no decorrer dos estudos sobre o pensamento de Foucault e no desenvolvimento deste trabalho, que há uma importante identificação entre ambos na questão da atualidade, ou ainda, no estudo do presente. Não é nossa intenção fazer uma relação de todo pensamento kantiano com elementos singulares da obra de Foucault, mas sim estudar e entender um ponto em comum entre o pensamento dos dois filósofos: referimo-nos ao estudo do presente como questão filosófica. Foucault identifica, em 1978, que a crítica nasce da necessidade de os indivíduos questionarem as formas de governo que direcionam suas vidas. Em 1979, no ensaio “Uma crítica da razão política”,² relaciona um poder pastoral (que remonta aos primórdios da humanidade) a uma moderna racionalidade estatal, constituindo duas formas de governo que controlam e impedem a liberdade dos indivíduos através da igreja e do Estado, e que estavam presentes no momento em que Kant escrevia. Enxerga no Esclarecimento um acontecimento que permite questionar

¹ FOUCAULT, Michel. *O que é a crítica?* Tradução Gabriela Lafetá Borges. Conferência proferida em 27 de maio de 1978. Disponível em: www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critique.html.

² FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: uma crítica da razão política”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber* (Vol. IV). Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 355-385.

os diferentes mecanismos que impedem o desenvolvimento racional e moral do homem. Através do pensamento de Foucault, identificaremos, ainda, acontecimentos do presente de Kant que ilustram formas de resistência diante de uma arte de governar pastoral e da razão de Estado, tais como a Revolução Francesa e o próprio processo de Esclarecimento. Procuraremos responder às seguintes questões: Como a reflexão de Kant sobre o Esclarecimento (*Aufklärung*) foi uma atitude crítica em relação à sua atualidade? E como essa atitude possibilitou uma ontologia crítica de nós mesmos que levasse à ultrapassagem das diferentes formas negativas de relação de poder? Veremos que essa discussão foi desenvolvida por Foucault, de forma mais elaborada, no ensaio “O sujeito e o poder”.

Em “O que é o Iluminismo?”³, de 1983, Foucault dá continuidade à sua discussão sobre o Esclarecimento kantiano e sua pesquisa sobre uma ontologia do presente. Nesse texto, explicita uma característica singular do texto de Kant, a saber: a preocupação de o filósofo alemão examinar sua atualidade e seu próprio trabalho filosófico. Assim, Foucault afirma novamente o caráter “acontecimental” [*événementielle*] do Esclarecimento e a relação entre o texto de 1784 sobre *Aufklärung* e o de 1798 sobre a Revolução Francesa como análise de sua atualidade de um ponto de vista filosófico. A partir da análise de Foucault sobre “o que é a revolução” e seu papel enquanto acontecimento procuraremos mostrar que tanto no texto de Kant dedicado à Revolução Francesa, quanto no texto de Foucault de 1983 sobre o Esclarecimento, a revolução é mais um signo da vontade de mudança inerente à natureza humana do que uma mudança real nas estruturas sociais, políticas e econômicas de um povo ou de uma época, mas que esse signo mostra a disposição do homem em resistir e lutar para além dos efeitos de dominação das relações de poder.

Também nos focaremos no trabalho intitulado “O que são as Luzes?”⁴, de 1984, que é similar ao texto de 1983, porém estende e complementa os estudos anteriores sobre o Esclarecimento kantiano. Nos dois primeiros textos – “O que é a crítica?”⁵ e “O que é Iluminismo?”⁶ – Foucault enfatiza o aspecto crítico e histórico do Esclarecimento e a limitação necessária a respeito do que efetivamente podemos saber ou questionar. Em 1984, Foucault propõe uma ultrapassagem possível, não negando o Esclarecimento de Kant, mas

³ FOUCAULT, Michel. “O que é Iluminismo?”. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de (Org.). *Dossier: últimas entrevistas*. Tradução Ana Maria de A. Lima. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p. 103-112.

⁴ FOUCAULT, Michel. “O que são as Luzes?”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (Vol. II). Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 335-351.

⁵ FOUCAULT, Michel. *O que é a crítica?* Tradução Gabriela Lafetá Borges. Conferência proferida em 27 de maio de 1978. Disponível em: www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critique.html. Acesso em dezembro de 2007.

⁶ FOUCAULT, Michel. “O que é Iluminismo?”. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de (Org.). *Dossier: últimas entrevistas*. Tradução Ana Maria de A. Lima. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p. 103-112.

dando continuidade ao que chama de ultrapassagem dos limites impostos pelas relações de poder através do *ethos filosófico*: propõe uma fuga da heteronomia, que tanto dificulta a busca da liberdade e de uma autonomia; sugere um questionamento constante e habitual de nós mesmos, de nossa própria história e de nossos limites, o que nos levaria a um maior entendimento do que somos e do que é esta atualidade na qual vivemos. Para que esse *ethos filosófico* seja possível é necessário, segundo Foucault, uma ontologia de nós mesmos que surgirá pelas diversas formas de resistência e sublevação, nos possibilitando tanto atitudes-limite quanto atitudes experimentais que permitam uma superação das diversas formas de controle e dominação, sejam através do poder, sejam pelos mecanismos de saber.

A partir de Foucault e de seus estudos sobre o Esclarecimento kantiano, perceberemos a modernidade não como um período definido da história, mas sim como um processo em andamento, algo ligado a uma atitude, ao *ethos filosófico*. Deste modo, o que nos faz modernos é a atitude de buscarmos no nosso presente algo que nos possibilite a prática de uma liberdade que nos torne mais autônomos.

Interessa-nos explicar de que forma o Esclarecimento é uma crítica constante do presente e qual a importância dessa crítica para uma maior liberdade de pensamento, para uma maior autonomia intelectual em detrimento de uma heteronomia que impede o homem de ultrapassar as armadilhas das relações de saber-poder. A busca de um *ethos filosófico*, no sentido de uma reflexão constante de si sobre si, reforça a importância da análise filosófica do presente e a importância do texto kantiano sobre o que é o Esclarecimento enquanto atitude crítica do presente. Kant propõe uma forma de reflexão sobre a atualidade do próprio pensador, ou seja, Kant era um pensador de seu presente, o que fica patente por sua preocupação em analisar “acontecimentos” de sua época. Kant faz um estudo sobre o papel da revolução e a relação desta com o movimento da revolução francesa e seus desdobramentos na sociedade. Na análise do que é Esclarecimento, em seu texto de 1784, Foucault se apropria do termo kantiano para lhe acrescentar a idéia de *ethos filosófico*, o que caracteriza o caráter de continuidade da *Aufklärung* e a necessidade de uma crítica constante de si, na busca de seus limites e na possibilidade de ultrapassagens que levem a uma prática da liberdade diante dos vários dispositivos de poder que “limitam” a liberdade do sujeito. A questão de Foucault sobre o Esclarecimento consiste em mostrar como, a partir dele, nos tornamos modernos. Para tal tarefa é necessário também abordar as noções de crítica e *ethos filosófico* desenvolvidas principalmente no “último Foucault”.

Antes de darmos início à argumentação, duas observações se fazem necessárias:

Além dos textos primários de Kant e de Foucault já citados, trabalharemos com *Fundamentação da metafísica dos costumes*, do primeiro, para analisarmos o problema da autonomia e sua ligação com o processo de Esclarecimento. Para isso, recorreremos a um material que retrata o trabalho de Foucault sobre a ética e a problemática da liberdade, como *O cuidado de si* (terceiro volume da História da sexualidade) e entrevistas e textos menores presentes principalmente na coleção “Ditos e escritos”. Recorreremos também a comentadores de Foucault e das análises do “último Foucault”, principalmente no que tange ao estudo de Kant. Referimo-nos a autores como Deleuze, Habermas, Guilherme Castelo Branco, Sandra Coelho de Souza, Ricardo Terra, Alfredo Veiga, Marisa Faermann Eizirik, Francisco Ortega, Norman Madarasz, Jorge Vasconcellos, Cezar Candiotto, Paul Rabinow e Hubert Dreyfus, que abordaram o problema da liberdade humana e do Esclarecimento kantiano a partir de uma perspectiva foucaultiana. Esses estudos sobre Foucault, de caráter exploratório em relação à letra foucaultiana, são de suma importância devido à falta de uma literatura especializada sobre o tema proposto por este trabalho.

No dicionário de Kant, de Caygill, o termo *Aufklärung* é associado às idéias de Iluminismo, “filosofia das Luzes” e “movimento de ilustração” ou de “Esclarecimento”.⁷ Apesar da multiplicidade de sentidos dessa noção, o que dificulta uma transcrição exata, preferimos o termo Esclarecimento, tendo em vista que ele denota *movimento constante*.⁸ Além disso, se relaciona melhor com a idéia central do nosso trabalho que é o estudo de Foucault sobre o *ethos filosófico*, um termo fundamental para entender a liberdade como um processo e não como algo a ser apropriado, ou seja, como um projeto de construção constante da autonomia.

⁷ CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 183.

⁸ KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 63. “Certamente várias tentativas foram feitas, nos diversos idiomas neolatinos propondo-se versões tais como Iluminismo, Ilustração, Filosofia das Luzes, Época das Luzes. Nenhuma delas oferece equivalência satisfatória, razão pela qual alguns comentaristas preferem referir-se a *Aufklärung* pura e simplesmente, sem se preocuparem em traduzir o vocábulo. Diversos motivos levam-nos a julgar que, sem ser perfeita, a transcrição pela palavra Esclarecimento talvez seja de todas a melhor, principalmente porque acentua o aspecto essencial da *Aufklärung* de ser um processo e não uma condição ou uma corrente filosófica ou literária, que a razão humana efetiva para si mesma para sair do estado que Kant chama de menoridade, a submissão do pensamento individual ou de um povo a um poder tutelar alheio” (nota de rodapé do tradutor Floriano de Sousa Fernandes)

I – ESCLARECIMENTO: UMA REFLEXÃO CRÍTICA DO PRESENTE

O Esclarecimento se mostra como processo em desenvolvimento na atualidade de Kant, e a discussão sobre a atualidade filosófica do autor é motivo de estudo e reflexões no mundo contemporâneo na figura de Michel Foucault, entre outros. Nota-se em diversas passagens do texto de Kant uma preocupação com seu presente, com sua atualidade e a necessidade de refletir sobre ela. Esse é o ponto de discussão de Foucault no qual nos ateremos em seus textos que abordam o tema de Kant e seus desdobramentos no mundo contemporâneo. Trabalharemos com três textos principais de Foucault sobre o assunto, todos desenvolvidos pelo “último Foucault” e abordando a temática do Esclarecimento: conferência de 1978, e textos de 1983 e 1984, respectivamente. Usaremos, ainda, textos secundários que nortearam a discussão de Foucault sobre a luta do Sujeito contra os dispositivos de controle e inibidores da liberdade, sem sair do limite proposto do “último Foucault”.

Notamos ao examinar a conferência dada por Foucault em 1978 sobre a relação entre crítica e Esclarecimento que não há como dissociar o termo Esclarecimento do conceito de crítica em Foucault. Pois verificamos uma preocupação do pensador francês com os meios de controle e governo sobre os indivíduos e o interesse em valorizar a crítica habitual, diária, constante, como forma de obter uma maior autonomia. Essa também era uma preocupação de Kant, que incentivava uma exposição pública das idéias, um autogoverno do seu entendimento, uma independência intelectual maior do indivíduo, uma autonomia diante das imposições do poder, onde a necessidade de enfrentar a covardia e a preguiça na continuidade da minoridade, buscando a maioria, representava uma prática da liberdade, uma vez que para o Esclarecimento o mais importante é a liberdade. Para isso, estudaremos os temas principais que nortearam os estudos do “último Foucault” relacionados à autonomia e à liberdade do sujeito, ou seja: crítica, Esclarecimento e *ethos filosófico*.

Além disso, Foucault atribui desdobramentos ao Esclarecimento que vão além dos limites propostos por Kant, tendo em vista que “vai procurar dar a essa discussão da modernidade um conteúdo positivo, complementando, ao seu modo, a análise kantiana”,⁹ ou seja, não se trata mais de mostrar os limites necessários do Esclarecimento, mas de assinalar as possibilidades de ultrapassagem desses limites. De modo que o homem saberá pela crítica constante quais são suas possibilidades de ultrapassagem diante dos limites impostos pelas diferentes formas de relação de poder.

⁹ BRANCO, Guilherme Castelo. “Kant no último Foucault: liberdade e política”. *Ethica. Cadernos Acadêmicos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2001, p. 87.

I. 1 – Poder e resistência em Foucault

Tomando como ponto de partida a análise do texto de Foucault intitulado “O sujeito e o poder”, buscaremos elucidar a relação entre o Esclarecimento kantiano e o pensamento do “último Foucault”. Para Foucault, o mais importante não é criar uma teoria do poder, mas entender de que forma o sujeito está preso nos jogos de poder, de que forma a subjetividade é moldada de acordo com as relações dominantes de poder. Foucault entende que o sujeito é dividido em partes antagônicas, partes que de certa forma se enfrentam e constituem subjetividades de acordo com os interesses que prevalecem num determinado momento histórico. Foucault procura entender o que torna o ser humano sujeito. No entanto, como ele mesmo destaca, “há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a.”¹⁰ As relações de poder criam o sujeito através de técnicas individualizantes, ou por imposição de quem domina, de tal forma que o sujeito se vê sempre preso a relações de poder que ditam o que ele deve ser, ou de que forma não deve agir. Para Foucault, não existe um poder universal, mas sim jogos de poder que variam de acordo com a cultura, o momento histórico, a economia e o sistema político nas diferentes regiões do planeta. As relações de poder são produtivas e totalmente dependentes da liberdade, uma vez que as relações de poder só ocorrem entre sujeitos livres, pois, para Foucault, onde apenas existe coerção não há nenhuma relação de poder: “não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coerção) – mas apenas quando ele pode se deslocar-se e, no limite, escapar.”¹¹ As relações de poder não estão ligadas a uma idéia de ditadura ou de força-mor que comanda a todos, mas a uma idéia de governo no sentido mais antigo do termo, ou seja, no sentido de dirigir a conduta do indivíduo ou de todo um grupo. As relações de poder que governam podem, por vezes, se tornarem não produtivas quando tendem à dominação absoluta. Segundo Eugenia Vilela, “a resistência é, assim, uma força de insubordinação a uma forma de poder instituída por uma força que, pretendendo-se absoluta, se efetiva enquanto estado de dominação”,¹² ou seja, o poder é

¹⁰ FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: Dreyfus, H.; Rabinow, P. *Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução Vera Portocarrero. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 1995, p. 231.

¹¹ Idem.

¹² VILELA, EUGENIA. “Resistência e acontecimento: as palavras sem centro”. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter (Orgs.). *Foucault 80 anos* Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 119.

confrontado quando sua eficácia produtiva diminui e passa a prevalecer um estado de constante obediência.

Procurando estar mais próximo do seu presente, Foucault busca analisar as relações de dominação através das resistências que surgem diante dos efeitos de poder que de alguma forma se tornam negativos. Como exemplo, Foucault cita o Estado controlador, e alerta para o fato de considerarmos a maior parte do tempo o Estado como poder político que ignora o indivíduo e se preocupa só com a totalidade, dizendo que “gostaria de enfatizar o fato de que o poder do Estado (e esta é uma das razões de sua força) é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora”,¹³ que tem no interior de sua estrutura política uma combinação de técnicas de individuação e de totalização.

Ainda em “O sujeito e o poder”, Foucault alerta para o fato de não nos prendermos à idéia de que as relações de poder somente estão ligadas ao Estado,

A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos libertarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposta há vários séculos.¹⁴

Estas formas de individualização impostas ao sujeito geram diferentes jeitos de resistir às relações de poder que se tornam negativas no sentido de assujeitamento, porém para Foucault não basta afirmar as resistências como formas de lutas que surgem contra relações de poder autoritárias, deve-se procurar o que elas têm em comum. Segundo Foucault, elas são transversais no sentido de não serem limitadas a um país, seus objetivos são sempre as conseqüências negativas das relações de poder, são lutas imediatas, digamos mais próximas, e que agem diretamente sobre o indivíduo. São lutas que, embora de caráter anárquico, tendo em vista que, “por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatiza tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais”,¹⁵ também são, por outro lado, lutas que questionam os efeitos de poder relacionados ao saber, contra os privilégios do saber, como ele circula e como se relacionam ao poder. Estas lutas são uma recusa à violência econômica e ideológica que molda quem somos nós, são “também uma recusa de uma investigação científica ou administrativa que determina quem somos”.¹⁶ As formas de resistência aparecem de três tipos diferentes: contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as

¹³ Ibidem, p. 236.

¹⁴ Ibidem, p. 239.

¹⁵ Ibidem p. 234.

¹⁶ Ibidem p. 235.

formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem e contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo ao outros (luta contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão) “e atualmente, a luta contra as formas de sujeição – contra a submissão da subjetividade – está se tornando cada vez mais importante, a despeito de as lutas contra as formas de dominação e exploração não terem desaparecido.”¹⁷ Estas lutas constituem a prática da liberdade, não aceitando o que lhes são impostos. A resistência aparece como uma forma de desassujeitamento na produção da própria subjetividade: “o campo da liberdade se faz de atitudes e comportamentos, decorre da maneira pela qual os indivíduos em suas lutas, em seus projetos, recusam as práticas que lhes são propostas, ou muito além disto, constituem-se como sujeitos autônomos de suas próprias práticas.”¹⁸ A resistência aparece em Foucault como “prática de liberdade” contrapondo-se às relações violentas e dominadoras.

Segundo Foucault, podemos chamar *estratégia de poder* “ao conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder”.¹⁹ As relações de poder só podem existir como a ação de uns sobre a ação de outros, sendo estes outros sujeitos livres e por isso passíveis de resistir a esta ação que se dará sobre sua própria ação, ou seja, surgirá então uma forma qualquer de resistência, “pois se é verdade que no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma ‘insubmissão’ e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual”.²⁰ Desta forma, Foucault mostra que as relações de poder implicam, mesmo que somente de modo possível, uma estratégia de luta. As estratégias de um confronto possível existirão até o momento em que um dos lados vença de forma tal que governe as ações dos outros, “uma estratégia de luta constitui uma fronteira para uma relação de poder, assim como a relação de poder constitui uma fronteira para a estratégia de luta, isto é, elas constituem, entre si, um limite permanente, um ponto de transformação possível”.²¹ Porém, continuará existindo a possibilidade de resistência; de modo que esta linha tênue entre governar e ser confrontado torna as relações de poder necessariamente dependente de uma

¹⁷ Ibidem, p. 236.

¹⁸ BRANCO, Guilherme. “Foucault em três tempos: a subjetividade na arqueologia do saber”. *Revista Mente e Cérebro – Filosofia*, São Paulo, n. 6, p. 6-13, [2007], p. 12.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: Dreyfus, H.; Rabinow, P. *Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução Vera Portocarrero. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 1995, p. 248.

²⁰ Ibidem.

²¹ VILELA, EUGENIA. “Resistência e acontecimento: as palavras sem centro”. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter (Orgs.). *Foucault 80 anos* Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 119.

estratégia para que funcionem os dispositivos de poder empregados, assim como para confrontar as resistências frontais:

O que torna a dominação de um grupo, de casta ou de uma classe, e as resistências ou as revoltas às quais ela se opõe um fenômeno central na história das sociedades é o fato de manifestar, numa forma global e maciça, na escala do corpo social inteiro, a integração das relações de poder com as relações estratégicas e seus efeitos de encadeamento recíproco.²²

Foucault nos propõe uma idéia diferente de poder, não mais centrada numa possível teoria que explique o conceito, mas na análise das relações de poder que perpassam toda vida em sociedade. As relações de poder surgem em qualquer lugar, assim como também irrompem as resistências, seja nas classes que dominam seja nas que são dominadas, “o poder não está restrito às instituições políticas. O poder representa um ‘papel diretamente produtivo’, ‘ele vem de baixo’, é multidimensional, funcionando de cima para baixo e também de baixo para cima”,²³ o poder se encontra em todas as camadas sociais: onde houver relações entre pessoas seja na elite ou na parte mais pobre da sociedade haverá sempre relações de poder.

²² FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: Dreyfus, H.; Rabinow, P. *Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução Vera Portocarrero. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 1995, p. 249.

²³ Dreyfus, H.; Rabinow, P. *Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução Vera Portocarrero. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 1995, p. 203.

I. 2 – O papel do Esclarecimento a partir de Kant

O texto original intitulado “O que é Esclarecimento?”, de autoria de Kant, data de 1784, e propõe desde seu início a emancipação do homem de sua necessidade de ter tutores. Primeiramente, Kant explica o que é ser um menor, dizendo “que a menoridade é a incapacidade do homem de fazer uso de seu próprio entendimento sem a direção de outro indivíduo”.²⁴ A proposta kantiana é uma independência, uma autonomia, em oposição a uma ação não crítica do homem que se deixa conduzir por outrem. Há um cuidado especial no texto em deixar claro de quem é a culpa e a quem não devemos culpar pelo estado de menoridade. A princípio parece óbvio que o culpado é o próprio homem, porém Kant faz ressalva a que tipo de homem deve-se culpar, pois “o homem é o próprio culpado dessa menoridade se a sua causa não estiver na ausência de entendimento, mas na ausência de decisão e coragem de servir-se a si mesmo sem a direção de outrem”.²⁵ Kant nos deixa claro que o homem comum, o povo sem acesso ao conhecimento, em nada tem culpa por ser manipulado, guiado, pois não tem como entender o que se passa. Porém, o público letrado que mesmo entendendo continua menor, como marionete sendo manipulada, este sim é culpado. “A preguiça e a covardia são causas pelas quais grande parte dos homens depois que a natureza de há muito os libertou de uma direção estranha (*naturalites maiores*), continuam não obstante, de bom grado menores durante toda vida”.²⁶ Kant segue enumerando alguns exemplos de como o homem prefere ser guiado em vez de decidir seu próprio caminho, seja em questões de educação e religião e mesmo de saúde. Assim, o homem se acomoda na menoridade. Para Kant, “o Esclarecimento é signo de um ousado processo de saída da aceitação passiva da tutela de alguma forma de autoridade, seja ela civil, religiosa ou médica (científica)”.²⁷ Embora seja negativa a visão kantiana sobre a relação de sua atualidade e o Esclarecimento, ele propõe que é da natureza do ser humano se esclarecer e que é papel dos que se livraram da menoridade, ajudarem os outros no mesmo processo:

“sempre se hão de encontrar alguns indivíduos capazes de pensamentos próprios, até entre os tutores estabelecidos da grande massa, que após terem sacudido de si mesmos o jugo da menoridade, espalharão a sua volta o espírito de uma avaliação

²⁴ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 115.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ BRANCO, Guilherme Castelo. “Kant no último Foucault: liberdade e política”. *Ethica. Cadernos Acadêmicos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2001, p. 84.

racional do próprio valor e da vocação de cada homem em pensar por conta própria”.²⁸

O filósofo exalta a necessidade de uma busca coletiva do Esclarecimento e adverte que é difícil para um homem em particular se livrar do estado de menoridade, porém “que um público se esclareça a si mesmo é perfeitamente possível; mais que isso, se lhe for dada a liberdade, é quase inevitável”.²⁹ Pode-se aqui dizer que Kant propõe um Esclarecimento em termos de reciprocidade, uma vez que esse Esclarecimento se daria entre os integrantes de um seletor público que, ao expor sua idéia como especialista de um determinado assunto ligado à filosofia, à política ou mesmo à religião, daria oportunidade a outro especialista no mesmo assunto expor seu ponto de vista a respeito dos mesmos problemas. Sendo assim, através de obras escritas, esse público praticaria o Esclarecimento como um processo e não como um conceito dado e absolutizado no seu significado, pois em Kant o que dá significado à liberdade é o direito de expressar sua opinião enquanto sábio, como será explicado adiante. Na relação entre Esclarecimento, autonomia e liberdade Kant faz questão de frisar que tornar-se autônomo nas tomadas de decisão é algo possível a um público, mas é algo moroso e, segundo Sandra Coelho:

“O que torna o texto de Kant tão importante para a interpretação do mesmo feita por Foucault é que a interrogação filosófica que nele tem suas raízes veicula a problematização do homem com o presente, sua maneira de ser histórica e a relação a si mesmo como sujeito autônomo”.³⁰

Além disso, Kant ressalta que não se deve confundir o Esclarecimento com a Revolução, pois esta apenas trocaria velhos preconceitos por novos, que como os antigos déspotas continuariam a conduzir a grande massa sem entendimento. A revolução é vista aqui como uma expressão violenta de uma vontade contrária à vontade que domina; e que não se pode esclarecer uma sociedade por meio da revolução uma vez que ela é apenas signo de uma vontade de liberdade, mas não expressa a liberdade em seu significado positivo que é o da autonomia dos homens, uma vez que terminada a revolução outro sistema de controle surgiria. Como alcançar então essa autonomia? O próprio Kant diz “*que nada mais se exige que a*

²⁸ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 116.

²⁹ Idem.

³⁰ SOUZA, Sandra Coelho de. *A ética de Michel Foucault: a verdade, o sujeito, a experiência*. Editora Cejup, Belém, 2000, p. 69.

liberdade”,³¹ mostrando a necessidade da relação entre autonomia e liberdade para que ocorra o Esclarecimento. Às vezes, essa liberdade que Kant prega como necessária para uma autonomia se confunde com a própria autonomia. Porém, a liberdade aqui está em oposição com as limitações impostas por diversos segmentos para impedir o direito natural ao Esclarecimento do homem em todos os segmentos da sociedade. Sejam eles científico, filosófico, político ou religioso.

Segundo Kant, vê-se a limitação se opondo à liberdade por todos os lugares e seus exemplos mostram novamente uma preocupação com seu presente, pois cita os financistas, os militares e os religiosos de seu tempo como limitadores do Esclarecimento, porém se preocupa em mostrar quais limites lhe servem de obstáculo e em quais circunstâncias esses limites da razão são necessários, não impedindo o Esclarecimento. Kant responde dizendo que o uso público da razão deve ser sempre livre e só por ele se realiza o Esclarecimento enquanto o uso privado da razão, esse sim pode ser bastante limitado. Entende-se por “uso público da razão, aquele que qualquer homem, na sua condição de sábio, faz dela diante do grande público do mundo letrado”,³² enquanto denomina “uso privado da razão aquele que o sábio pode fazer dela em determinado cargo público ou função a ele confiada”.³³

O uso público e privado da razão é explicado por Foucault, sendo o público

“aquele que circula de sábio em sábio, que passa pelos jornais e pelas publicações, e que faz apelo à consciência de todos. Esses usos públicos da razão não devem ser limitados, e curiosamente o que ele chama de uso privado, é o uso, de alguma forma de funcionário. É o funcionário, o oficial, diz ele, não tem direito de dizer ao seu superior: eu não te obedeco e tua ordem é absurda. A obediência de cada indivíduo, enquanto ele faz parte do Estado, a seu superior, ao soberano ou ao representante do soberano, é isso que ele chama curiosamente o uso privado”.³⁴

Foucault procura explicar a diferença entre o que seria a forma livre do Esclarecimento pelo uso público da razão e a forma limitada da razão no uso privado. Essa explicação é fundamental para entendermos o Esclarecimento como uma das formas práticas da liberdade e uma atitude crítica.

Seguindo no texto “O que é Esclarecimento?”, Kant alerta para a necessidade de esse uso público ser algo em função de um bem maior que é o bem da comunidade, e que se em

³¹ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 117, grifos meus.

³² Idem.

³³ Ibidem.

³⁴ FOUCAULT, Michel. *O que é a crítica?* Tradução Gabriela Lafetá Borges. Conferência proferida em 27 de maio de 1978. Disponível em: www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critique.html. Acesso em dezembro de 2007.

seu entendimento o uso privado prejudica de alguma forma o desenvolvimento do Esclarecimento no gênero humano, então, o largue, dando como exemplo o religioso que não deve encontrar contradições entre o que ensina e o que acredita enquanto sábio, “pois se acreditasse encontrar essa contradição, em sã consciência não poderia desempenhar esta função: teria de renunciar”.³⁵

Ao propor em seu texto a pergunta: “vivemos então hoje uma época esclarecida? A resposta será: não vivemos em uma época de Esclarecimento”,³⁶ Kant faz uma análise de seu tempo e afirma o caráter contínuo do processo do Esclarecimento. Pois embora seja um direito natural a todo gênero humano, os obstáculos são muitos e poderosos e, por dar maior liberdade de pensamento a seus súditos, Kant elogia o Rei Frederico II, como sendo um governo esclarecido. É importante frisar que todo o texto se pronuncia sobre o presente, sobre o momento em que foi escrito, mostrando seu caráter moderno e suas reflexões. Duas observações interessantes a respeito da visão de Kant sobre o Esclarecimento, uma sobre a questão política e outra sobre a natureza humana, devem ser analisadas para entendermos que não se pode separar a natureza humana de suas criações. Ele nos afirma que o homem não pode ter o direito de renunciar ao Esclarecimento. Pode até talvez adiá-lo, pois é algo próprio da natureza humana, mas não é certo que um monarca impeça ou mesmo favoreça certo grupo, que seja um obstáculo ao Esclarecimento, pois o monarca reúne toda a vontade do povo na sua vontade. E, embora tenha citado outros exemplos de guardiões da minoridade nas questões militares, científicas e políticas, deixa claro sua opinião de que a mais nociva no seu tempo era a minoridade religiosa, já que essa pode influenciar todas as outras.

As observações de Kant sobre o Esclarecimento e os obstáculos impostos por uma possível monarquia deixa claro que a autonomia proposta pelo Esclarecimento kantiano engloba a questão política da governabilidade baseada em um sistema esclarecido. Pois é impossível que um governo esclarecido apóie qualquer tipo de obstáculo ao processo de Esclarecimento de um povo e, se assim o fizesse, se mostraria menor e incapaz de governar, por ser ele próprio um obstáculo, freio à inevitável vontade do homem de se tornar maior em sociedade.

³⁵ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 118.

³⁶ *Ibidem*, p. 120.

I. 3 – A liberdade como atitude crítica: a arte de não ser governado

Para entendermos a ligação entre o significado de crítica e o Esclarecimento, faz-se necessário trabalharmos com a idéia de acontecimento em Foucault, já que ele procura deixar claro, desde o início de suas explicações, que a crítica não é uma coisa heterônoma. Entende-se aqui heteronomia como a dependência da vontade a inclinações externas, à sensibilidade: “Em FMC,³⁷ Kant estabelece o contraste entre a liberdade da vontade manifesta em autonomia e a dependência da vontade de causas e interesses externos ou heterônomos”.³⁸ Essa é a mesma preocupação que Kant tinha em alertar para a necessidade de uma autonomia do sujeito.

O acontecimento tem para Foucault dois sentidos: um negativo e um positivo. O segundo sentido é o que nos interessa por possibilitar a análise não só filosófica como também histórica do Esclarecimento, como algo que marca sua atualidade e que continua através da crítica. No sentido positivo, Foucault define acontecimento como “irrupção de uma singularidade histórica”.³⁹ Com isso, ele desenvolve dois discursos: o que consiste numa análise sobre o significado do acontecimento que vivemos na atualidade, e outro sobre a busca de uma ruptura acontecimental na atualidade, que “Foucault localiza no texto kantiano consagrado as luzes”.⁴⁰ É interessante buscar as causas do surgimento do Esclarecimento e o que o tornou um processo de ruptura, algo que modifica as formas de ver e de tratar os efeitos das relações de poder sobre o sujeito. Foucault faz uma comparação entre as formas da arte de governar cristã, que surgem, principalmente, no século XVI, e as formas gregas de governo, para mostrar que o Esclarecimento surge como questionamento à arte de governar religiosa e que esta impõe obstáculos ao desenvolvimento do entendimento próprio do homem, ou seja, ao exercício de liberdade, uma vez que Foucault propõe uma liberdade prática, que não se acha em teorias, dogmas ou conceitos da história, filosofia ou qualquer ideologia: a atitude de questionar é o que proporciona uma prática de liberdade. Uma crítica que não busca uma solução universal contra o governo pastoral, além de alertar para outra forma de governar que surge na atualidade kantiana (que foi a razão de Estado que centraliza o poder e faz do homem um prisioneiro das vontades e necessidades do Estado), também, e principalmente, alerta para qualquer forma de assujeitamento. O Esclarecimento aparece em Kant como exercício crítico

³⁷ Abreviação da obra de Kant *Fundamentação da metafísica dos costumes*.

³⁸ CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 169.

³⁹ REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Tradução Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Paulo: Clara Luz, 2005, p. 13.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 15.

de liberdade, daí estar comprometido com o questionamento de formas de governar influenciadas pela religião, já que ela representa um dos grandes obstáculos ao processo de maioridade do homem e mesmo de acontecimentos contemporâneos ao momento em que Kant escrevia, referimo-nos ao próprio Esclarecimento e à Revolução Francesa.

Na conferência proferida em 27 de maio de 1978, e editada no *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, sob o título “O que é a crítica?”, encontramos nos primórdios do “último Foucault” uma preocupação em aproximar o Esclarecimento (*Aufklärung*) de sua própria definição do que seria crítica. Na abertura da conferência, Foucault deixa clara a necessidade de elucidar seus propósitos sobre um tema tão constante na filosofia que é a questão do que seria a crítica, o ser crítico. Cita o esforço de Kant para resolver tal questão e situa, do ponto de vista cronológico, os séculos XV e XVI como períodos de formação de uma atitude crítica.

Além disso, considera que a partir da Reforma os indivíduos passaram a questionar o modo como eram governados recorrendo aos próprios textos sagrados das escrituras, inaugurando uma tendência de cobrar boas razões das autoridades. Desse ponto em diante, a arte de governar toma seu rumo ao que conhecemos hoje, através das artes pedagógicas, das artes econômicas, da arte política e de todas as instituições do governo. A grande questão, para Foucault, é o surgimento da arte de não ser governado em função da governamentalidade:

“a maneira como a conduta de um conjunto de indivíduos esteve implicada, de modo cada vez mais marcado, no exercício do poder soberano. Essa transformação importante é assinalada nas diferentes ‘artes de governar’ que foram redigidas no final do século XVI e na primeira metade do século XVII. Está ligada, sem dúvida, à emergência da “razão de Estado”.⁴¹

O aspecto imprescindível de escapar das artes de governar leva Foucault a indicar uma definição geral do que seria crítica:

- O primeiro ponto é a característica histórica e espiritual da crítica em uma época que a principal forma de governo era o magistério eclesiástico; a crítica se dava na busca de um questionamento da verdade dada, da verdade bíblica e, por isso, Foucault diz que “a crítica desenvolveu-se por um lado, que eu acredito capital e não

⁴¹ FOUCAULT, Michel. “Segurança, território, população”. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Tradução Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 82.

exclusivo certamente, em relação à Escritura. Digamos que a Crítica é historicamente bíblica”.⁴²

- O segundo ponto está ligado à vontade, ao não querer ser governado assim, não em função de se opor simplesmente às leis, mas sim à característica ilegítima delas, que agridem os direitos universais e naturais. Não é uma simples transgressão, mas uma reflexão sobre a legitimidade daquilo que governa.
- Enfim, temos um terceiro ponto, onde “não querer ser governado” é não aceitar como verdade o que uma autoridade diz, o que coloca como ponto de ancoragem a certeza diante da autoridade.

Após explicar os pontos de ancoragem e a relação da crítica à Bíblia, ao Direito e à Ciência, Foucault mostra a crítica como um feixe de relação entre poder, verdade e o sujeito. Para ele, se temos uma governamentalização como uma prática de controle do indivíduo por mecanismos de poder que também são formas de verdade, pode-se colocar a crítica como o direito do indivíduo de interrogar o que lhe governa. Nesse caso, a crítica tem a função do desassujeitamento diante da governamentalidade, da política. Foucault aproxima sua crítica do Esclarecimento kantiano, cuja principal característica é a incapacidade de o homem fazer uso de seu próprio entendimento. Vale ressaltar, nesse ponto, que Kant mostra várias formas de impedimento ao Esclarecimento, mas aponta a religião como um dos piores na sua atualidade. Kant correlaciona a menoridade a um excesso de autoridade no que diz respeito ao controle que os líderes religiosos exercem sobre os fiéis e mesmo ao fato de os tutores em questão religiosa serem eles próprios menores. Também menciona uma situação na qual um chefe político impede, por meio da força ou de qualquer tipo de coerção, o processo do Esclarecimento e a falta de coragem do homem. O Esclarecimento aparece como um apelo à coragem de se indispor a tudo que impede a maioria. Segundo Foucault, o que Kant entendia por Esclarecimento é a definição de crítica que ele próprio havia tentado descrever: uma atitude crítica que surge a partir do processo de governamentalização no ocidente.

O interesse de Foucault consiste em mostrar o vínculo entre *Aufklärung* e um empreendimento de desassujeitamento em relação ao jogo de poder/verdade a partir da possibilidade de uma atitude crítica.

⁴² FOUCAULT, Michel. O que é crítica e *Aufklärung*? http://www.4shared.com/file/22347508/6293322f/Foucault_O_que_a_critica_Crtica_e_Aufklrung.html?s=1 Acesso em outubro de 2008.

“Eu não pretendo mostrar a oposição que haveria em Kant entre a análise da *Aufklärung* e o projeto crítico. Isso seria, eu creio, fácil de mostrar que, para Kant, essa verdadeira coragem de saber que foi invocada pela *Aufklärung*, esta mesma coragem de saber consiste em reconhecer os limites do conhecimento; e seria fácil mostrar que para ele a autonomia está longe de ser oposta à obediência aos soberanos. Mas disso não fica menos que Kant fixou para a crítica em seu empreendimento de desassujeitamento em relação ao jogo do poder e da verdade, como tarefa primordial, como prolegômeno a toda *Aufklärung* presente e futura, de conhecer o conhecimento.”⁴³

Foucault elabora três traços fundamentais oferecidos à crítica kantiana em detrimento da *Aufklärung*: inicialmente, uma ciência positivista que se mantinha como soberana e crítica de si mesma; em seguida, o desenvolvimento de um Estado estático e racional e, em terceiro lugar, uma relação entre Estado e Ciência na garantia e manutenção do poder estabelecido. Segundo Foucault, nesse sentido, a pergunta lançada em 1784 mostra uma constante desconfiança em relação a esse jogo de verdade no qual passa a vigorar todo um movimento de governamentalização dos indivíduos e da população em geral.

Foucault trata o problema proposto por Kant como prática histórico-filosófica, diferente da História da Filosofia ou da Filosofia da História, trata-se para ele de

“fato, dessa prática histórico-filosófica de fazer sua própria história, fabricar como por ficção a história que seria atravessada pela questão das relações entre as estruturas de racionalidade que articulam o discurso verdadeiro e os mecanismos de assujeitamento que a eles são ligados, questão vê-se bem, que desloca os objetos históricos habituais e familiares aos historiadores em direção ao problema do sujeito e da verdade que os historiadores não se ocupam”.⁴⁴

Ao final de sua explanação, Foucault relaciona a atitude crítica ao processo de acontecimentalização, processo esse que envolve a produção do binômio verdadeiro/falso. O que se trata então de mostrar é a irrupção de acontecimentos como o enclausuramento e o surgimento de categorias como as “doenças mentais”. Para se dar conta disso, ressalta Foucault, é preciso “tomar conjuntos de elementos onde se pode perceber em primeira aproximação, portanto, de modo absolutamente empírico e provisório, conexões entre mecanismos de coerção e conteúdos de conhecimento”⁴⁵. Podemos notar em Foucault duas possibilidades de acontecimentalização: uma subjetiva onde analisamos os acontecimentos de nossa própria atualidade e outra em termos de “ruptura acontecimental” que atribuí ao texto de Kant “O que é Esclarecimento?”.

⁴³ FOUCAULT, Michel. *O que é a crítica?* Tradução Gabriela Lafetá Borges. Conferência proferida em 27 de maio de 1978. Disponível em: www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critique.html. Acesso em dezembro de 2007.

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. *O que é a crítica?* Tradução Gabriela Lafetá Borges. Conferência proferida em 27 de maio de 1978. Disponível em: www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critique.html. Acesso em dezembro de 2007.

⁴⁵ Idem.

Encontramos nessa conferência de Foucault sobre crítica três grandes definições que marcariam sua ética: Atitude Crítica, Atitude Histórico-filosófica e Acontecimento. No decorrer de nosso trabalho a relação dessas definições com outros termos usados por Foucault como, resistência, sublevação, *ethos filosófico*, e outras citadas e analisadas em outros dois textos sobre *Aufklärung*, que demarcam a importância dessa como processo de liberdade do sujeito em relação ao assujeitamento pelo saber/poder onde

“Foucault fez da questão da *Aufklärung* e da crítica a questão da decisão justamente de não ser governado, ou de como não ser governado desse jeito e a esse preço. Levantar a questão da relação do conhecimento com a dominação, a partir de uma certa vontade decisória de não ser governado, esta vontade decisória de sair da minoridade foi o que ele chamou de ‘questão de atitude’”.⁴⁶

⁴⁶ ALVES, Karina Mirian da Cruz. *Foucault e a Aufklärung como crítica: o presente como questão filosófica*. Disponível em: www.fazeraprender.Hpg.ig.com.br. Acesso em dezembro de 2006.

I. 4 – Governo pastoral e razão de Estado

O Esclarecimento, tal como Kant nos propõe, é um processo de aperfeiçoamento da capacidade de entendimento de todo gênero humano, a liberdade necessária para uma tomada de decisão que não mais estará pautada numa ordem, numa prescrição, ou seja, que foi capaz de libertar-se do governo de outrem nas questões intelectuais, sociais e religiosas. É essa problemática que a explicação kantiana aborda:

“ao longo da resposta, Kant procurou responder a uma interrogação que o atingiria diretamente. Em 1784, discutir o Iluminismo era analisar o presente. Ao frisar ser o Esclarecimento um processo, ‘a saída (*Ausgang*) do homem de sua menoridade’, de um estágio no qual ele se encontrava tolhido no exercício de sua liberdade, Kant parece apontar um movimento peculiar, presente na sua época”.⁴⁷

A crítica, para Foucault, é a capacidade de o indivíduo se autogovernar, de não ser governado. Daí se poder afirmar que “a crítica será a arte da inservidão voluntária, aquela da indocibilidade refletida”.⁴⁸ O que só é possível através de uma reflexão constante do indivíduo a respeito de si mesmo e de tudo que o cerca, na busca da melhor ação e dos limites de suas ações. Porém, segundo Foucault, para o indivíduo alcançar essa crítica ele necessita de uma prática histórico-filosófica. Foucault nos diz ser sua idéia de crítica o que Kant queria com o Esclarecimento: uma liberdade diante dos diferentes tipos de direcionamento e das diversas formas de ser governado por outrem. Se numa primeira definição, a crítica para Foucault é uma arte de não ser governado, então o Esclarecimento kantiano é um processo que visava libertar o gênero humano das diferentes formas de arte de governar. E isso na atualidade kantiana significava se libertar do governo pastoral (religioso) e da razão de Estado (político). O Esclarecimento, como nos propõe Kant, é uma forma de resistência ligada ao presente:

“Foucault defendeu a hipótese de que se deve a Kant a primeira indagação filosófica sobre o sentido da atualidade, acerca do problema do presente em que o próprio filósofo se insere, a partir do qual e sobre o qual fala, transformando assim o presente num acontecimento filosófico”.⁴⁹

Em “O que é a crítica?” Foucault explica o desenvolvimento da arte de governar partindo de um ponto religioso que se alastra para outros segmentos da sociedade, como

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. O que é crítica e *Aufklärung*? http://www.4shared.com/file/22347508/6293322f/Foucault_O_que_a_critica_Crtica_e_Aufklrung.html?s=1.

⁴⁹ ALVES, Karina Mirian da Cruz. *Foucault e a Aufklärung como crítica: o presente como questão filosófica*. Disponível em: www.fazeraprender.Hpg.ig.com.br. Acesso em dezembro de 2006.

educação, política, artes etc... É importante notar que, em 1979, Foucault traça os caminhos dessa arte de governar que ele chama “Pastoral” e que se mostra diferente da cultura grega sobre o que seria o papel de um governante:

“ainda que as luzes tenham sido uma fase extremamente importante em nossa história e no desenvolvimento da tecnologia política, acho que devemos nos referir a processos bem mais recuados se quisermos compreender como nos deixamos pegar na armadilha de nossa própria história”.⁵⁰

Foucault nos convida a refletir sobre formas de governo ou artes de governar que remontam ao mundo grego antigo, aos primórdios da Era Cristã e ao período medieval. Ele faz uma diferenciação entre as formas de governar gregas que se baseavam em obediência a leis e não a um pastor, o que não acontece em civilizações antigas fora da Grécia, como o Egito, que tinha no Faraó a figura de um pastor que guiaria seu rebanho. Essa visão de pastoreio, de obediência às ordens de um guia, se mostra fortalecida pela visão cristã de salvação, onde Deus é o grande pastor dos homens, que os guiará para uma terra prometida, para a salvação eterna. A transferência do pastoreio para um humano possibilita o controle do indivíduo. A metáfora do pastor se vê presente, a todo o momento, no texto bíblico sobre o povo hebreu. Posteriormente, essa visão se estende até a visão de Cristo como pastor dos homens. Na Grécia antiga, ao contrário, nos diz Foucault “que a metáfora do rebanho está ausente dos grandes textos políticos gregos ou romanos”.⁵¹ No governo dos rebanhos, este existe única e exclusivamente pela presença do pastor, o que não se dá na sociedade grega onde o legislador passa, mas a lei lançada por ele fica, dando uma conotação totalmente diferente de governo do povo, uma vez que

“o chefe grego devia naturalmente tomar suas decisões no interesse de todos; se preferisse seu interesse pessoal seria um mau chefe. Mas seu dever era um dever glorioso, mesmo que ele devesse dar sua vida por ocasião de uma guerra, seu sacrifício era compensado por um presente extremamente precioso: a imortalidade. Ele nunca perdia”.⁵²

Na Grécia antiga o homem não obedecia outro homem, mas obedecia a lei que regia a cidade, salvo situações onde alguém persuadia outro através da oratória, pela retórica; ao

⁵⁰ FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: uma crítica da razão política”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber* (Vol. IV). Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 357.

⁵¹ *Ibidem*, p. 358.

⁵² FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: uma crítica da razão política”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber* (Vol. IV). Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 360.

contrário do Cristianismo, “onde o laço com o pastor é um laço individual, um laço de submissão pessoal”.⁵³ Esse laço era assegurado pela arte de governar cristã, retomando características helênicas com uma adaptação própria, através de formas como o exame de consciência e a direção da consciência, onde “a direção de consciência constituía um laço permanente: a ovelha não se deixava conduzir com o fim único de ultrapassar vitoriosamente alguma passagem perigosa; ela se deixava conduzir a cada instante. Ser guiado era um estado”.⁵⁴ Notamos aqui que o sistema de governo pastoral controlava todos os passos, conhecia tudo da vida do rebanho, impedindo a liberdade de ação ou a tomada de decisões. “Quanto ao exame de consciência, seu propósito não era cultivar a consciência de si, mas permitir-lhe abrir-se inteiramente ao seu diretor – revelar-lhe as profundezas da alma”.⁵⁵ Diferente de ser algo feito pelo próprio indivíduo, era deixar que outra pessoa examinasse sua consciência através de técnicas de controle como a confissão, onde a ovelha expunha toda sua vida ao pastor.

A arte de governar cristã diferia totalmente do que seria a arte de um governo de si, ou um governo legal, pois não era a uma lei ou a si próprio que se deveria obedecer ou fazer um exame de consciência, mas a outra pessoa que ditaria o que deveria ser correto, e o que deveria ser e poder ser feito, um jogo estranho aos gregos e aos hebreus, “jogo que parece não ter relação alguma com o da cidade que sobrevive através do sacrifício dos seus cidadãos”.⁵⁶

O desenvolvimento da sociedade, o final da Idade Média e o surgimento de novos tipos de relações, levaram ao surgimento de uma arte de governar: “o questionamento geral sobre a maneira de governar e de se governar, de conduzir e se conduzir, acompanha, no fim da feudalidade, o nascimento de novas formas de relações econômicas e sociais e as novas estruturas políticas”,⁵⁷ o que não mais garantia a permanência e a força da Igreja, mas do Estado. Passava-se do controle individual para um poder centralizado que administra toda a sociedade no intuito de garantir o bom andamento do interesse do Estado. Esse tipo de arte, ou razão política, se mostra forte no período da *Aufklärung*.

No entanto, não nos referimos aqui ao processo de Esclarecimento proposto por Kant, mas a um período delimitado, onde:

⁵³ Ibidem, p. 367

⁵⁴ Ibidem, p. 369.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Ibidem, p. 370.

⁵⁷ FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1882)*. Tradução Andrea Daher. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997, p. 82.

“uma das tarefas das luzes era a de multiplicar os poderes políticos da razão, mas os homens do século XIX chegaram bem cedo a perguntar-se se a razão não estava destinada a tornar-se demasiado potente em nossa sociedade. Começaram a inquietar-se com a relação que eles divisavam entre uma sociedade inclinada a racionalização e certas ameaças, ameaçando o indivíduo e suas liberdades, a espécie e sua sobrevivência”.⁵⁸

No tipo de governo que surge em função do Estado a razão não é colocada de forma geral, mas aparece fragmentada em partes. Essas partes se apresentam como verdade. A dominação se dá em nome dessa suposta verdade e, dessa forma, se constrói a razão de Estado. Pois a arte de governar pastoral se funda na maneira de governar de Deus e em função de um reino fora desse mundo, o que difere totalmente da razão de Estado, no qual os governantes “não se interessam pela natureza ou por suas leis em geral. Interessam-se pelo que é Estado, pelo que são suas exigências”.⁵⁹ Não mais se reforça o poder dos monarcas ou governantes, mas o poder do próprio aparelho de Estado que tem por finalidade derrubar seus inimigos e durar indefinidamente numa certa área geográfica, conhecendo a potência das forças de outros Estados.

“Para resumir a razão de Estado não é uma arte de governar seguindo leis divinas, naturais ou humanas. Este governo não tem de respeitar a ordem geral do mundo. Trata-se de um governo em concordância com a potência do Estado. É um governo cujo objetivo é aumentar essa potência em um quadro extensivo e competitivo”.⁶⁰

Foucault nos mostra uma forma diferente da arte de governar grega, e mesmo da cristã, pois é uma nova forma de arte de governo que se coloca acima da lei, que era a base do governo grego, e acima de Deus, que era o modelo de governo pastoral. Trata-se do “nascimento de uma arte, ou, em todo caso de táticas e técnicas absolutamente novas”.⁶¹ Para garantir a manutenção dos interesses de Estados foi criada, segundo Foucault, uma técnica de controle dos indivíduos para que esses vivessem de acordo com normas e formas direcionadas para uma liberdade controlada: “a população aparecerá como sujeito das necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo, consciente diante do governo, do que ela quer, mas inconsciente também, do que lhe fazem fazer”.⁶² A polícia, segundo

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: uma crítica da razão política”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber* (Vol. IV). Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 355.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 371.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 376.

⁶¹ FOUCAULT, Michel. “A governamentalidade”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber* (Vol. IV). Tradução: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 300.

⁶² *Idem*.

Foucault, tinha na razão de Estado uma função diferente daquilo que hoje entendemos por função policial, ou seja:

“o que os outros autores dos séculos XVII e XVIII entendem por ‘polícia’ é muito diferente do que colocamos sob esse termo. Valeria à pena estudar porque a maioria destes autores são italianos ou alemães, mas o que importa? Por ‘polícia’, eles não entendem uma instituição ou um mecanismo funcionando no seio do Estado, mas uma técnica de governo própria do Estado: domínios, técnicas, objetivos que apelam à intervenção do Estado”.⁶³

Foucault trabalha com exemplos retirados da literatura da época das luzes na Alemanha, na Itália e na França. Aborda uma parte da imensa literatura sobre o assunto no período, desde as mais utópicas, como é o caso de Turquet de Mayene,⁶⁴ até outros mais conhecidos, como De Lamare, que tratava o assunto de forma mais rigorosa por ser um administrador e conhecer melhor os aparatos estatais. Para De Lamare, a “‘polícia’ designa o conjunto do novo domínio no qual o poder político e administrativo centralizado pode intervir”.⁶⁵ Qual seria então o objetivo da intervenção em todos os setores da sociedade?

Segundo Foucault, De Lamare hesita na resposta dizendo ser objetivo da polícia conduzir o homem ao máximo de felicidade possível, “enfim a polícia vela pelas vantagens que só se podem tirar da vida em sociedade”.⁶⁶ Era um sistema de controle e governo que definia o que seria felicidade e que somente essa visão de felicidade seria correta buscar, controle como a Pastoral, porém mais totalitário à medida que intervém nos ritos culturais, nas técnicas de produção em pequena escala, na vida intelectual etc... Foucault lança seus olhares para os manuais alemães e cita como mais importante o de Justi, intitulado “Éléments de Police”, no qual o elemento principal da polícia continua sendo a vida em sociedade, porém em relação à De Lamare “é demonstração muito mais rebuscada da evolução do problema da polícia”,⁶⁷ tendo em vista que ela possibilita o aumento do poder do Estado, tornando-se uma nova arte de governar ou razão estatal. Daí ser sua atribuição “desenvolver os elementos constitutivos da vida dos indivíduos de tal forma que seu desenvolvimento reforce também a

⁶³ FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: uma crítica da razão política”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber* (Vol. IV). Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 377.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Ibidem, p. 380.

⁶⁶ Ibidem, p. 381.

⁶⁷ FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: uma crítica da razão política”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber* (Vol. IV). Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 382

potência do Estado”.⁶⁸ A polícia tem uma tarefa positiva, enquanto para Justin a tarefa negativa fica para o que ele denomina *Politik*, que consistia em bater-se contra todos os inimigos do Estado, fosse externos ou internos, enfim a Razão de Estado faz nascer um

“Estado de governo que não é mais especialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas por uma massa: a massa da população, com seu volume, sua densidade, com, certamente, o território sobre o qual ela se estende, mas que não é dela se não um componente”.⁶⁹

As duas formas de arte de governar analisadas por Foucault, ou seja, tanto a pastoral como a razão de Estado, impossibilitam uma prática de liberdade e desenvolvem um assujeitamento; o homem submetido a tais governos não faz uso do seu entendimento quando o tem e nem lhe é dado a possibilidade de entender. Outros entendem por ele e dizem o que deve fazer.

Foucault faz uma análise histórica da arte de governar até o século XVIII. Nela, ele mostra como essas formas de governo controlavam e tolhiam a liberdade do cidadão de caminhar com as próprias pernas, de fazer uso da sua capacidade de entendimento. Como já foi visto anteriormente, a crítica surge como uma resposta à arte de governar como uma arte de não ser governado em função desta ou daquela verdade ou deste ou daquele poder, e “os que resistem ou se rebelam contra uma forma de poder não poderiam contentar-se em denunciar a violência ou em criticar uma instituição. Não basta fazer o processo da razão em geral. O que é preciso recolocar em questão é a forma de racionalidade com que se depara”.⁷⁰ Sendo assim, o Esclarecimento kantiano aparece como uma forma de questionamento das duas formas de arte de governar presentes na atualidade de Kant. Inicialmente, a forma religiosa que Kant apontava como a mais grave em sua época:

“Ressaltei preferencialmente, em matéria religiosa, o ponto principal do Esclarecimento [*Aufklärung*], a saída do homem de sua menoridade, da qual é culpado. Pois no que se refere às artes e ciências, nossos senhores não têm o menor interesse em exercer a tutela sobre seus súditos, além do que também aquela menoridade é de todas a mais nociva e a mais indigna”.⁷¹

⁶⁸ Ibidem, p. 383.

⁶⁹ FOUCAULT, Michel. “A Governamentalidade”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber* (Vol. IV). Tradução: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 305.

⁷⁰ FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: uma crítica da razão política”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber* (Vol. IV). Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 385.

⁷¹ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 121.

Kant ainda ressaltava a necessidade de o Estado não impedir o desenvolvimento do Esclarecimento e elogia Frederico II como monarca esclarecido que não impede o uso público da razão.

Kant propõe um Esclarecimento do gênero humano, não excluindo ninguém. Pois afirma que todo ser racional tem condições de se esclarecer e que qualquer tentativa de impedir esse Esclarecimento é um crime. Com isso, a busca de uma independência intelectual além de um governo de si, uma reflexão sobre o presente e suas implicações filosóficas, ou seja, envolve uma crítica de si mesmo. O próprio Kant ao indagar, pesquisar e refletir sobre o Esclarecimento pôs em prática o que sua visão de *Aufklärung* propunha. O Esclarecimento é um movimento da época de Kant, algo que fazia parte da atualidade do pensador e ao refletir sobre essa atualidade, Kant estava sendo crítico de seu próprio tempo e possibilitando a continuidade do exercício da liberdade de pensamento.

O Esclarecimento aparece como uma forma de questionar e resistir ao governo pastoral e a uma razão de Estado. Trata-se de uma forma de questionar o presente. Quando Kant fala sobre a religião como obstáculo ao Esclarecimento e da necessidade de um monarca esclarecido, ele faz uma análise do seu presente, usa o Esclarecimento para questionar as artes de governar de seu tempo, de sua atualidade, propondo uma saída.

Para escapar deste jogo de poder, Kant diz ser preciso ter coragem de questionar e buscar saídas diante daquilo que o impede de alcançar o que chamava de maioria intelectual, ser capaz de fazer uso de seu próprio entendimento. Foucault, no desenvolvimento de sua idéia sobre o que seria crítica, diz ser um questionamento que o indivíduo faz para si mesmo sobre aquilo que o governa, sobre o porquê de ser governado de tal forma e por tal coisa,

“o que Kant descrevia como *Aufklärung*, é o que eu tentei até agora descrever como crítica, como essa atitude crítica que se vê aparecer como atitude específica no Ocidente a partir, creio, do que foi historicamente o grande processo de governamentalização da sociedade.”⁷²

O termo crítica, a partir do texto de Foucault intitulado “O que é a crítica?”, possibilita uma leitura do Esclarecimento como um questionamento daquilo que no presente de Kant atrapalha ou impede que o homem tenha um governo de si no que diz respeito às coisas morais e ao intelecto em geral. Embora Kant atribua aos letrados e sábios o uso público da

⁷² FOUCAULT, Michel. *O que é a crítica?* Tradução Gabriela Lafeté Borges. Conferência proferida em 27 de maio de 1978. Disponível em: www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critique.html

razão, detectamos no mesmo texto sobre o que seria o Esclarecimento que ele atribuía a todo homem a capacidade de chegar ao Esclarecimento se lhe fosse dadas condições para tal. Foucault relaciona a crítica a uma arte de não ser governado e atribui uma relação de objetivos práticos entre sua idéia de crítica e Esclarecimento em Kant. Foucault diz ser o Esclarecimento uma questão de atitude, entendendo que atitude é um ato de coragem de fazer uso de seu próprio entendimento – lembrando que, para Kant, o homem é o próprio culpado de sua menoridade, salvo quando ele não tem entendimento. Ora, Foucault desenvolve sua crítica como forma de questionar as diversas artes de governar e todos os tipos de controle sobre o indivíduo:

“A maior aquisição de Foucault decorrente da inspiração do projeto crítico foi o conceito de atitude crítica. Fundamentalmente, designa a resposta do pensamento às questões colocadas pela atualidade na época em que vive o pensador, razão pela qual ele não pode repetir soluções propostas em outra época, já que não se tratam das mesmas questões.”⁷³

O Esclarecimento aparece como uma atitude-crítica do presente, seja nos questionamentos kantianos ou no seu desdobramento no pensamento de Foucault, notadamente no que esse chama de arte de não ser governado.

A atitude crítica proposta por Foucault passa pela coragem de quem reflete, de quem faz a crítica, não uma crítica definitiva, mas constante e atual no sentido de uma reflexão que resiste às formas de controle e de governo que atuam sobre o sujeito, sobre o indivíduo: “o pensador faz da crítica um repensar constante sobre a experiência social, cultural e histórica expressa na prática concreta das sociedades contemporâneas”.⁷⁴ A atitude crítica proposta por Foucault surge diante de formas negativas das relações de poder, como nos exemplifica através da atitude de Kant ao escrever sobre a necessidade do Esclarecimento em sua época, ou a resistência de um detento diante dos maus tratos na prisão.

⁷³ CANDIOTTO, César. “Foucault: uma história crítica da verdade”. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 29, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 29 de abril 2008.

⁷⁴ Idem

II - ONTOLOGIA DO PRESENTE COMO DISCURSO DE MODERNIDADE

No curso do *Collège de France* de 1983, com o tema “O que é Iluminismo?”, Foucault primeiramente faz uma análise sobre a questão que surge a partir do texto de Kant de 1784 e aponta a relação desse opúsculo com a história e a sua diferença em relação a outros textos filosóficos que tratam de termos concernentes à história. Segundo Foucault, o que torna o texto de Kant tão singular em relação aos outros é o aparecimento da questão do presente, da atualidade do próprio Kant, ou seja, “o que é que se passa hoje? Que é que se passa agora? E o que é este agora no interior do qual estamos uns e outros; e que define o momento em que escrevo?”.⁷⁵ Foucault enumera uma série de questões sobre a atualidade que se encontram inseridas de certa forma no texto de Kant. Reforça ainda não ser a primeira vez que se encontra em reflexões filosóficas textos referentes ao presente, e que a diferença se encontra no caráter singular que Kant faz essa reflexão. Para exemplificar e explicar melhor a diferença, ele cita a problemática do “presente” em Descartes, onde o mesmo narra sua trajetória de reflexão motivada por uma decisão filosófica, e não como Kant que questiona “O que é este presente a que pertencço?”, “O que é que no presente faz sentido para uma reflexão filosófica?”.

Foucault explica com detalhes como Kant responde sua própria questão:

“na resposta que Kant tenta dar a esta interrogação, ele tenta mostrar em que este elemento encontra-se como portador e o signo de um processo que concerne o pensamento, o conhecimento a filosofia; mas trata-se em que e como fala enquanto pensador, enquanto sábio, enquanto filósofo faz parte, ele mesmo deste processo e (mais que isso) como ele tem um certo papel a desempenhar neste processo, onde ele se encontra então ao mesmo tempo como elemento e ator”.⁷⁶

Nesse ponto Foucault defende a questão do presente como acontecimento filosófico pertencente ao filósofo que fala. O que diferencia a questão filosófica sobre o presente lançada por Kant é o fato de ser a primeira vez que um filósofo problematiza sua própria atualidade discursiva. Notamos aqui a definição de acontecimento como em seu trabalho sobre crítica, ou seja, *Aufklärung* como uma ruptura, algo marcante na atualidade de Kant e analisada por ele, sem que esse acontecimento seja tido como algo pertinente a uma doutrina ou tradição, mas a um conjunto de características pertencentes a todos nós, em nossa própria atualidade. Essa

⁷⁵ FOUCAULT, Michel. “O que é Iluminismo?”. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de (Org.). *Dossier: últimas entrevistas*. Tradução Ana Maria de A. Lima. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p. 103.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 104.

relação do filósofo com o que se passa no momento em que ele escreve e com esse “nós” é o que caracteriza a filosofia como discurso *de* modernidade e *sobre* modernidade. Foucault explica que não mais se relaciona a questão da modernidade como conseqüência da antiguidade clássica, colocando um eixo de dois pólos, mas apontando a questão da modernidade para o próprio presente, para a própria atualidade, passando a ser função da filosofia moderna interrogar-se sobre sua própria atualidade discursiva.

Seguindo sua explicação sobre o Esclarecimento kantiano, Foucault lembra que, em 1798, Kant continua falando e refletindo sobre sua atualidade, escrevendo sobre a Revolução Francesa, ao passar da questão “O que é esta *Aufklärung* da qual fazemos parte?” para uma questão discutida na Alemanha, desde 1794, “O que é Revolução?”. Ele segue explicando que, em *Conflito das faculdades*,⁷⁷ Kant questiona se há um progresso constante do gênero humano. Em seguida, diz ser necessário identificar a causa desse progresso constante, caso ele exista, e que essa causa tenha uma prova num acontecimento real, onde “a realidade de um efeito não poderá ser estabelecida senão pela existência de um acontecimento”⁷⁸ que tenha valor de signo.

Seria um signo de quê? Segundo Foucault, um signo de causa constante do progresso do gênero humano, ontem, hoje e em seguida; um signo rememorativo que mostra que algo sempre foi daquela forma, demonstrativo que tal coisa se passa também atualmente e prognóstico mostrando que continuará sendo causa permanente. Feita a pergunta se existe algum acontecimento que seja rememorativo, demonstrativo e prognóstico na sua atualidade, a resposta para Kant, diz Foucault ser a revolução, mas não em suas características violentas ou ideológicas, pois como já vimos no texto de 1783 Kant faz um alerta em relação à revolução dizendo que

“poderá talvez realizar a queda do despotismo pessoal ou da opressão ávida de lucros ou de domínios, mas jamais produzirá a verdadeira reforma do modo de pensar. Apenas novos preconceitos, assim como os velhos, servirão como cinturões para conduzir a grande massa destituída de pensamento”.⁷⁹

Kant, em 1784, dizia ser a revolução incapaz de reformar o pensamento das massas. Mas pelo que nos mostra Foucault, em 1798, Kant mostra um outro lado da revolução que

⁷⁷ O próprio Foucault explica ser a obra *Conflito das faculdades*, de 1798, uma compilação de três dissertações sobre a relação das faculdades e que trata o assunto do progresso do gênero humano no parágrafo V da segunda dissertação.

⁷⁸ FOUCAULT, Michel. “O que é Iluminismo?”. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de (Org.). *Dossier: últimas entrevistas*. Tradução Ana Maria de A. Lima. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p. 107.

⁷⁹ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 117.

podia ser tratado como signo de um acontecimento, pois via não a revolução em si como algo significativo, mas o que ela causava em seus espectadores. É em cima desse ponto que Foucault vai trabalhar sua idéia de revolução como acontecimento e fazer uma relação necessária entre Esclarecimento e revolução no pensamento kantiano.

Não é propriamente o drama revolucionário que dá à revolução seu caráter de signo do progresso constante do gênero humano, pois a reviravolta ou as grandes mudanças de estruturas não são características que sejam capazes de sustentar aí a existência de uma causa através da história do progresso constante da humanidade. Então o que faria sentido na revolução? Foucault afirma ser importante não a revolução em si, mas o que pensam aqueles que a observam, que não são seus agentes ativos.

“o entusiasmo pela Revolução é signo, segundo Kant de uma disposição moral da humanidade; esta disposição se manifesta em permanência de duas maneiras: primeiramente no direito de todos os povos de se darem a Constituição que lhes convém e no princípio conforme o direito e à moral de uma constituição política que evite, em razão dos seus próprios princípios, toda guerra ofensiva”.⁸⁰

Ou seja, é a disposição que conduz a humanidade na busca da paz e do melhor governo. Nesse sentido, a revolução é rememorativa por revelar desde a origem tal disposição encontrada no presente, é demonstrativa por revelar a eficácia presente dessa disposição e envolve um prognóstico pelos resultados dessa revolução e a disposição que dela se revelou. Mesmo aceitando que a revolução possa cair na rotina, é como acontecimento que ela se torna signo, independente do seu conteúdo ou de seus resultados. No final das contas, ela servirá de combustível para a história futura, no sentido de continuidade para o progresso.

Foucault finaliza seu texto situando a preocupação de Kant com sua atualidade, tanto no texto de 1784 sobre Esclarecimento quanto quinze anos mais tarde, ao tratar da revolução. Deste modo, o Esclarecimento pode ser entendido como um processo de reflexão contínua que prossegue desde o século XVIII, passando pelo século XIX até atingir os dias atuais, abrangendo a história da razão, a autonomia, a técnica, enfim, a história das idéias. Foucault alerta ainda para preservar não seus restos venerados pela tradição, mas seu caráter de acontecimento e de reflexão constante, cujo início remete a Kant, quando reflete sobre a *Aufklärung* e a Revolução e leva a filosofia a se preocupar com questões do tipo: “O que fazer desta vontade de revolução?”, “O que somos em nossa atualidade?”.

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. “O que é Iluminismo?”. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de (Org.). *Dossier: últimas entrevistas*. Tradução Ana Maria de A. Lima. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p. 109.

Foucault situa Kant como fundador de duas tradições críticas, uma referente à possibilidade de um conhecimento verdadeiro e outra que interroga a atualidade. Desta somos levados à seguinte interrogação: “Qual o campo atual de experiências possíveis?”. Inaugura-se, assim, o campo de uma ontologia do presente, de uma ontologia de nós mesmos. O que leva à grande questão, segundo Foucault, da filosofia atual, qual seja: escolher entre uma crítica analítica da verdade ou uma crítica na forma de uma ontologia do presente, forma de filosofia pela qual envereda Nietzsche, a Escola de Frankfurt, Max Weber, entre outros.

II. 1 – O presente como questão filosófica

A relação da crítica em Foucault com o Esclarecimento kantiano representa uma forma de questionar, de propor uma saída diante das formas de governo que direcionam as ações do indivíduo. A partir do texto de Kant, se vê lançada uma nova forma de discussão filosófica, aquela que questiona o que no presente, na atualidade de quem escreve, deve ser ponto para uma reflexão filosófica. Deste modo, o papel da filosofia moderna passa a ser interrogar sobre o presente: “o que é que, no presente, faz sentido atualmente para uma reflexão filosófica?”.⁸¹ Foucault deixa claro que, para Kant, a interrogação não era simplesmente sobre o que se passava fora do homem que pensa, mas, enquanto pensador e participante, cabe a ele também refletir sobre seu próprio papel no processo do Esclarecimento. “Em resumo, parece-me que se vê surgir no texto de Kant a questão do presente como acontecimento filosófico ao qual pertence o filósofo que fala”.⁸² Para Foucault, o texto kantiano é responsável por uma interrogação primeira sobre o caráter discursivo da filosofia no que tange à atualidade do filósofo, ou seja, trata-se de realizar uma análise histórico-filosófica do presente problematizando como o próprio discurso do filósofo faz uma reflexão sobre sua atualidade. Segundo Foucault, o texto kantiano lança questões sobre o presente, sobre a atualidade: “O que é que se passa hoje? O que é que se passa agora? E o que é esse ‘agora’, no interior do qual estamos uns e outros, e que define o momento em que escrevo?”.⁸³ Já vimos que não é a primeira vez que, na filosofia, se discute o presente. Porém, essa prática histórico-filosófica, prática de questionar, de buscar uma reflexão filosófica sobre o que é importante no meu momento histórico enquanto filósofo, é um ponto singular no texto kantiano, segundo Jorge Vasconcellos,

“a filosofia como problematização de uma atualidade e como interrogação pelo filósofo desta atualidade da qual ele faz parte e com relação à qual ele tem que se situar poderia bem caracterizar a filosofia como discurso de modernidade e sobre a modernidade”.⁸⁴

Foucault atribui essa característica própria do texto de Kant como ponto de partida de um discurso crítico sobre o que seria a modernidade e enquanto pensador que faz parte desse

⁸¹ FOUCAULT, Michel. “O que é Iluminismo?”. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de (Org.). *Dossier: últimas entrevistas*. Tradução Ana Maria de A. Lima. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p. 104.

⁸² Idem.

⁸³ Ibidem, p. 103.

⁸⁴ Ibidem, p. 105.

processo de modernidade questionar sobre o que se passa nesse momento que é passível de uma reflexão filosófica.

“Foucault é um filósofo do presente. O presente aqui sendo pensado como um espaço de intervenção e de invenção, não só de práticas discursivas de saber-poder, mas também de sujeitamentos e de produção de subjetividade. Não sem, por outro lado, ser também o tempo das lutas por autonomia e liberdade que instauram, por intermédio dos indivíduos, seja em grupelhos ou individualmente, a produção de estilos de vida e resistências ao poder constituído.”⁸⁵

⁸⁵ VASCONCELLOS, Jorge. Foucault, pensador do presente. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina Velasco e (Orgs.). *Foucault hoje?* Rio de Janeiro: 7 letras, 2007, p. 15.

II. 2 – O caráter “acontecimental” do Esclarecimento

No primeiro capítulo assinalamos que Foucault entende Esclarecimento não como um período específico e passado da História, mas como um processo que se estende até a atualidade através de uma pergunta que não deixa de incomodar, um processo que surge como acontecimento no século XVIII e se prolonga no constante questionamento do presente.

Foucault busca, a partir da análise do pensamento kantiano sobre o papel do Esclarecimento na prática de liberdade, entender a modernidade como algo em curso, não um período delimitado da história, mas uma série de acontecimentos desde Kant e que, ainda hoje, levam o homem a buscar a resposta da pergunta lançada por Kant, em 1784.

Para entendermos a relação que Foucault propõe entre história e filosofia na busca de uma prática de liberdade é necessário entender seu pensamento sobre o que seria história e como escrevê-la. Se voltarmos aos escritos de Foucault sobre história no final dos anos 60, veremos que sua idéia sobre o papel do historiador e sua relação com as questões filosóficas pertinentes ao presente de quem pesquisa, de quem reflete sobre os acontecimentos, permanecem inalteradas no período referente ao nosso trabalho. Isto é, Foucault busca uma ontologia do presente com base na pesquisa histórica e numa reflexão filosófica descontínua, crítica e constante.

A Modernidade, para Foucault, se caracteriza por essa busca em entender o que se passa no presente, através de um estudo constante da atualidade. Ser moderno, nesse sentido, não é mais ter pertencido a tal período da história, mas ser capaz de uma reflexão diária sobre sua própria história, sobre aquilo que em meu presente me possibilita ou não fazer parte de uma construção histórica.

Na análise desses acontecimentos que nos cercam e que fazem parte da minha história enquanto acontecimentos pertinentes a uma atualidade, Foucault destaca o caráter “acontecimental” do Esclarecimento. Kant, segundo Foucault, ao tentar responder à pergunta “O que é Esclarecimento?”, estava refletindo sobre um acontecimento de seu presente. Em 1978, em “O que é a crítica?”, Foucault diz ser o acontecimento algo que rompe, um divisor de águas, aquilo que, segundo ele, seria rememorativo, demonstrativo e prognóstico. O Esclarecimento, assim como a revolução francesa, ambos acontecimentos pertencentes à atualidade de Kant, e por ele estudados, possuem as três características mencionadas e explicadas por Foucault.

Segundo Foucault, *Aufklärung*, enquanto momento histórico, é “um período que formula ele próprio sua divisa, seu próprio preceito, o que diz o que ele tem que fazer”.⁸⁶ O caráter “acontecimental”, explica Foucault, está diretamente relacionado à resposta kantiana à pergunta sobre o que seria o Esclarecimento: vemos “surgir no texto de Kant a questão do presente como acontecimento filosófico ao qual pertence o filósofo que fala”.⁸⁷ Ora, o Esclarecimento que Kant nos propõe em seu opúsculo, e a partir dele, se mostra ainda nas grandes discussões filosóficas atuais, o que tanto lhe torna um signo demonstrativo (por ser uma reflexão constante desde Kant sobre o “ser moderno”) e rememorativo (pelo fato de ser o Esclarecimento um processo histórico-filosófico habitual) quanto garante seu caráter prognóstico (na medida em que o Esclarecimento representa uma acontecimentalização).

A idéia de acontecimento em Foucault não se caracteriza por um fato isolado na história ou mesmo algo que pode ser previsto. O Esclarecimento, a revolução francesa e a revolução iraniana, segundo Foucault, são acontecimentos que fazem parte do processo de modernidade, e que envolvem situações de ruptura com as relações de poder estabelecidas que tenham por meta o controle do sujeito. Segundo Deleuze, “o que Foucault espera da História é esta determinação dos visíveis e dos enunciáveis em cada época, que ultrapassa os comportamentos, as mentalidades, as idéias tornando-as possíveis”,⁸⁸ ou seja, Foucault não entende a História como produtora de verdades absolutas e universais. Almeja, antes, uma História Crítica do que se produz como verdade em determinada época: “na história crítica da verdade não há o sujeito e o objeto como unidades universais e necessárias; eles assim se tornam mediante práticas, que podem ser jogos teóricos e científicos, práticas sociais ou práticas de si.”⁸⁹

Ora, o que Foucault faz é analisar Esclarecimento como acontecimento da atualidade que nos impele a uma atitude crítica. Como nos ensina Kant, a saída da minoridade, é morosa: “um público só muito morosamente pode chegar ao Esclarecimento”.⁹⁰ Por isso, não pode ser tratado como fato histórico isolado, mas como um processo de ruptura, um acontecimento em andamento, sobre o qual Kant se debruça para fazer uma crítica de seu presente. Adota

⁸⁶ FOUCAULT, Michel. “O que é Iluminismo?”. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de (Org.). *Dossier: últimas entrevistas*. Tradução Ana Maria de A. Lima. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p.106.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução Cláudia Sant-Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 58.

⁸⁹ CANDIOTTO, César. “Foucault: uma história crítica da verdade”. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 29, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 29 de abril de 2008.

⁹⁰ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 116.

semelhante postura, em 1798, no trabalho sobre a revolução francesa, ao se perguntar se o movimento revolucionário garantiria o progresso do gênero humano.

Ao analisar o texto kantiano sobre o Esclarecimento em 1784 e sobre a revolução francesa em um texto datado de 1798, Foucault mostra uma idéia de modernidade diferente das definições tradicionais que a colocam como período demarcado da história. Defende, ao contrário, que uma atitude de modernidade é a coragem de uma atitude crítica diante do seu próprio presente. Kant alerta para que o homem tenha coragem de pensar por si mesmo, convidando-o a uma atitude crítica sobre seu próprio presente. O Esclarecimento aparece para Kant como uma atitude de modernidade, onde, segundo Foucault, não é preciso ceder à chantagem de ser a favor ou contra o Esclarecimento, mas de “tentar fazer a análise de nós mesmos como seres historicamente determinados, até certo ponto, pela *Aufklärung*”.⁹¹ Através de uma crítica permanente de nós mesmos, de uma prática histórico-filosófica que busca pela arqueologia e problematiza pela genealogia, não mais uma história de totalidades ou de continuidades, “Foucault quer sobretudo acabar com uma historiografia global que concebe secretamente a história como uma macrociência”.⁹² O Esclarecimento, a partir de Kant, propõe uma busca constante dos limites do saber e, indo além dessa proposta, Foucault propõe uma ultrapassagem desses limites através dessa crítica permanente de si. Daí propor uma *ontologia do presente*.

A idéia de modernidade, como questão de atitude, pode ser vista na relação entre o Esclarecimento kantiano e a crítica foucaultiana, seja na coragem como diz Kant, ou na disposição de se posicionar de forma reflexiva diante dos acontecimentos do seu presente, como diz Foucault, levando a uma prática histórico-filosófica. Ora, o Esclarecimento é, para Kant, um processo de saída, de busca de uma autonomia intelectual. Foucault propõe uma continuidade do processo do Esclarecimento kantiano pela prática histórico-filosófica, ou através da atitude crítica, indo de uma limitação necessária – de até onde posso saber –, para uma ultrapassagem possível desses limites. O que importa é uma genealogia crítica que faça uma análise não mais universal, global, da história, mas pontual e “acontecimental” no sentido de buscar os acontecimentos que possibilitaram rupturas, que de alguma forma expressam o discurso que naquele momento histórico comandam os jogos de poder e verdade, as relações de poder, verdade e saber de uma determinada sociedade, em um dado momento da história, e

⁹¹ FOUCAULT, Michel. “O que são as Luzes?”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (Vol. II). Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 345.

⁹² HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 352.

quais suas implicações na formação do que entendemos hoje ser a sociedade contemporânea. O importante é entender que o genealogista faz uma prática histórico-filosófica e que não mais aceita a ligação puramente causal dos fatos, mas que busca uma análise constante daquilo que faz diferença no presente de quem os analisa, de quem problematiza seu próprio presente como forma de entender qual será seu papel na história da sociedade que vive, que faz parte. Deleuze e Habermas em suas explicações sobre o papel da história foucaultiana, explicam que Foucault busca um historicista crítico, prático e problematizador de sua atualidade, do discurso presente nos achados arqueológicos e “pretende mostrar que ‘tudo’ e ‘todos’ dentro do espaço social e do corpus científico e filosófico são passíveis de questionamento, podendo sempre ser colocados sob ‘suspeita’”.⁹³ Uma filosofia entendida como crítica permanente, não uma reflexão sobre o que é verdade ou mentira, mas uma relação do pensador com a verdade. Essa análise histórica e filosófica é fundamental para que possamos entender o que se passa na atualidade de quem escreve e qual a importância do meu trabalho enquanto participante deste momento histórico: uma ontologia do presente só pode surgir a partir de atitudes sobre a atualidade ou atitudes de modernidade que, por outro lado, só acontece à medida que não mais nos rendemos à tentação de uma história universal ou de uma razão inquestionável. O Esclarecimento kantiano é uma dessas atitudes que Foucault diz ser “acontecimental” no sentido de ser um efeito temporário dos jogos de força daquele presente e uma prática histórico-filosófica que possibilita o andamento do processo de modernidade e, como ela, outras práticas podem ser citadas, como a Revolução Francesa ou a Revolução Iraniana.

⁹³ Idem.

II. 3 – O caso da Revolução Iraniana em Foucault

Sem deixar de lado o pensamento kantiano acerca da revolução francesa, Foucault entende o poder como um conjunto de relações de forças que se opõem, mas que não podem subsistir sem a força contrária. Os governos não querem acabar com os movimentos de resistência, mas controlá-los, pois “as resistências – que não são exteriores ao governo, mas nascem com ele, até como sua condição histórica – são também denominadas de atitude crítica.”⁹⁴

O que acontece é que a todo o momento as forças governamentais tentam moldar as formas possíveis de resistência, ou seja, aquelas que não irão ameaçar sua posição de controle e que ao mesmo tempo não farão com que esse poder deixe de ter onde ser exercido. Porém, é inevitável que um movimento de resistência surja diante de um poder que não mais controla, mas impede. Quando as formas menos importantes de liberdade e expressão são suprimidas de um povo, rompe-se com aquilo que sustenta o homem e a revolta é o que lhe dá um ponto de sustentação para buscar o que lhe foi tirado. Pois não pode se apoiar mais no direito natural. Essa falta de sustentação criada por um sistema ditador e usurpador da liberdade, seja ele qual for, acaba por revelar que a necessidade de uso excessivo da força constitui um ponto de fraqueza, ou seja, fica patente seu caráter não absoluto:

“se as sociedades se mantêm e vivem, isto é, se os seus poderes não são ‘absolutamente absolutos’, é porque, por trás de todas as aceitações e coerções, mais além das ameaças, violências e persuasões, há a possibilidade desse momento em que nada mais se permuta na vida, em que os poderes nada mais podem e no qual, na presença dos patíbulos e das metralhadoras, os homens insurgem”.⁹⁵

O medo da morte não mais segura o homem subjugado, e mesmo sabendo de sua fraqueza põe-se a lutar contra aquilo que o torna ainda mais frágil, o que lhe tira o que para ele significa liberdade. Foucault mostra isso ao explicar o que foi e o porquê da resistência do povo iraniano diante do regime ditador do Xá Reza Pahlavi, em 1978, ao escrever “É inútil revoltar-se?”. Foucault, na ocasião, relata o que se dizia no Irã: “Para que o Xá se vá, estamos prontos para morrer aos milhões, diziam os iranianos no verão passado”. Com isso, temos um processo de resistência que chega ao âmbito de uma sublevação violenta para se livrar de algo

⁹⁴ CANDIOTTO, César. “Foucault: uma história crítica da verdade”. Trans/Form/ação, Marília, v.29, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 29 de abril de 2008.

⁹⁵ FOUCAULT, Michel. “É inútil revoltar-se?”. In. MOTTA, Manoel Barros da (Org). *Ditos e escritos: ética, sexualidade, política* (Vol. V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 77.

que obstrui a liberdade de tal modo que a morte não é mais um problema.⁹⁶ Foucault, ao se referir à Revolução Iraniana que derrubou o regime ditatorial do Xá, encontra um acontecimento de sua atualidade. O entusiasmo que Kant atribui aos espectadores da revolução francesa e o caráter libertário do uso da razão para o Esclarecimento de um déspota, e conseqüente melhoria das condições para o povo, na revolução iraniana são substituídos pela necessidade imediata, por uma saída última, pois não mais esperariam a luz das letras, tendo em vista que o regime político os tirara tudo: morrer seria um fio de liberdade possível e se vivessem no confronto com as metralhadoras estariam livres do mal que os torturavam. A questão, segundo Foucault, não é tentar explicar ou dizer que este governo que surgirá com a revolução é melhor ou pior que o anterior, mas “o movimento iraniano não se submeteu à lei das revoluções, que faria, parece, ressaltar sob o entusiasmo cego, a tirania que já os habitava em segredo”.⁹⁷ O que fez transbordar o que há muito fervia é a história, a cultura que estava sendo há muito tempo ignorada e desprezada. Um povo destituído de seus direitos encontra força e esperança na sua própria história.

“Eles foram imediatamente transpostos para uma cena política disposta a recebê-los, mas que era na realidade de outra natureza. Sobre esta cena, se fundem o mais importante e o mais atroz; a estupenda esperança de fazer novamente do Islã uma grande civilização viva, e formas de xenofobia virulenta. Os riscos mundiais e as rivalidades regionais. E o problema dos imperialismos. E a submissão das mulheres etc.”.⁹⁸

A idéia de revolução está calcada aqui na espiritualidade de seus participantes, naqueles que acreditavam num governo melhor e não exatamente no governo que logo após se instaurou. “A espiritualidade à qual se referiam aqueles que iam morrer não tem comparação com o governo sangrento de um clero fundamentalista. Os religiosos iranianos querem autenticar seu regime pelas significações que tinha a insurreição”.⁹⁹ Ora, que significações? São as significações que dariam sentido e confirmação para a história e a cultura religiosa do povo iraniano, que tanto foi negligenciada. O resultado de um movimento desse tipo causa medo e, como diz Foucault, medo em qualquer lugar. Um exemplo que não deve ser seguido. No Irã a revolução não foi uma evolução ética pela pena, nem ficou no entusiasmo passivo pelo movimento, ela rompeu com o poder estabelecido, foi ao mesmo tempo uma crítica e uma prática, uma atitude diante de um problema do presente que se estendia desde o passado,

⁹⁶ FOUCAULT, Michel. “É inútil revoltar-se?”. Texto de 1979. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: ética, sexualidade, política* (Vol. V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 77.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 79.

⁹⁸ *Idem*.

⁹⁹ *Idem*.

uma atitude de uma vontade geral sem, no entanto, ser unânime, uma vontade gerada pela cultura e história do povo iraniano, mostrando que, nesse caso, a lei perde sua força e a resistência surge: “não se impõe a lei a quem arrisca sua vida diante de um poder”.¹⁰⁰ Segundo Foucault, a revolta surge de qualquer forma e a história nos mostra isso o tempo todo: na revolta dos loucos por maus tratos, dos presos por melhores acomodações, do povo contra o despotismo etc... Foucault deixa bem claro que a revolução iraniana evidencia que a resistência surge independente da lei, ou das armas, quando o poder que se impõe não joga mais com as forças existentes, mas tenta eliminar as que lhe são contrárias.

O movimento iraniano de resistência é, para Foucault, a expressão de uma espiritualidade política. Assim, “o que parece ter exercido tanto fascínio em Foucault foi a experiência de uma espiritualidade política presente na revolução iraniana”,¹⁰¹ uma vez que enxerga, a partir de sua idéia de governo, e uma resistência aos modos de subjetivação presentes na ditadura do Xá. Essa espiritualidade política, essa atitude, já havia acontecido em outros momentos da história:

“este tipo de revolta aparece na Reforma como renúncia a uma determinada forma de subjetivação, a uma maneira determinada de se relacionar com o texto sagrado ou a mística. Quando em 1978 a experiência iraniana é analisada, ela é incluída na história da tradição crítica, da luta anti-subjetivante”.¹⁰²

Embora esses acontecimentos estejam cronologicamente distantes, e obviamente os motivos sejam próprios de cada época, a espiritualidade política da qual Foucault fala se caracteriza por um movimento de resistência diante de uma forma de poder despótica onde a questão espiritual é o grande motivador, encontrando-se presente tanto na Reforma Protestante como na resistência frente à ditadura religiosa da igreja Católica no período medieval.

Alguns críticos da posição de Foucault em relação à sua reflexão sobre a revolução iraniana o acusam de defender um movimento que coloca no poder um regime cheio de preconceitos, que se mostra anti-ocidental e violento. Enxerga-se, nessa análise, uma resistência intelectual ocidentalizada no que tange a entender ou analisar um movimento que luta contra a ocidentalização de sua cultura, um movimento que busca nas próprias raízes históricas uma forma de persistir e ter o direito de um governo religioso, místico. Foucault não queria defender esta ou aquela forma de governo, mas mostrar como, através de uma

¹⁰⁰ FOUCAULT, Michel. “É inútil revoltar-se?”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: ética, sexualidade, política* (Vol. V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 80.

¹⁰¹ ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 40.

¹⁰² Idem.

resistência a uma forma de subjetivação, identifica-se uma atitude crítica e como a imposição ou intromissão de uma cultura sobre outra pode gerar um acontecimento de resistência, uma atitude anti-subjetivante. O que importa para Foucault não é tomar partido a favor ou contra, mas respeitar o insurgente e lutar contra as relações de poder quando essas se radicalizam. Trata-se de não ser um intelectual que pela estratégia se esconde diante do perigo de expor sua reflexão.

“Se o estrategista for o homem que diz: ‘que importa tal morte, tal grito, tal insurreição em relação à grande necessidade do conjunto, e que me importa, em contrapartida, tal princípio geral na situação particular em que estamos’, pois bem, para mim, é indiferente que o estrategista seja um político, um historiador, um revolucionário, um partidário do xá ou do aiatolá: minha moral teoria é inversa. Ela é ‘antiestratégica’: ser respeitoso quando uma singularidade se insurge, intransigente quando o poder infringe o universal. Escolha simples, obra penosa: pois é preciso ao mesmo tempo espreitar, por baixo da história, o que a rompe e a agita, e vigiar um pouco por trás da política o que deve incondicionalmente limitá-la. Afinal é meu trabalho; não sou o primeiro nem o último a fazê-lo. Mas o escolhi”.¹⁰³

O interesse de Foucault pelos acontecimentos no Irã em 1978/79 e seu envolvimento enquanto intelectual que reflete sobre esse problema, recebe críticas muitas vezes até violentas e com o intuito de apontar que o trabalho do pensador foi um erro. Segundo Madarasz, “após os ataques de 11 de setembro de 2001, várias foram as tentativas para marcar o entusiasmo à revolução iraniana como um ‘erro’”.¹⁰⁴ O que acontece, na maioria das vezes, é um julgamento ocidentalizado e ideologicamente dirigido que analisa os fatos sob uma ótica dos de fora, ou seja, daqueles que não participam diretamente como observador e pesquisador e que manifestam preconceitos diante de uma cultura outrora controlada. “Segundo Halliday (2005) Foucault ‘não sabia nada sobre o Irã e fez-se ridículo (*made a fool of himself*)’”.¹⁰⁵ O fato de Foucault ser um intelectual preocupado com a História e com as lutas contra a subjetivação, aliado ao fato de ter ido ao Irã e visitado o Aiatolá no exílio, conversado com os participantes do movimento na rua, não os líderes, mas os homens e mulheres comuns que lutavam contra o regime do Xá, refuta a idéia de um julgamento ignorante por parte do filósofo francês. Foucault vê o movimento de resistência ao regime autoritário como um movimento de “vontade política” diante de um problema do presente. Daí dizer:

¹⁰³ FOUCAULT, Michel. “É inútil revoltar-se?” In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: ética, sexualidade, política* (Vol. V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 81.

¹⁰⁴ MADARASZ, Norman. “Foucault e a revolução iraniana: o jornalismo de idéias diante da ‘espiritualidade política’”. In: *Verso e Reverso*, v. XX. Disponível em: www.versoereverso.unisinos.br. Acesso em janeiro de 2008, p. 3.

¹⁰⁵ Idem.

“Sinto-me embaraçado ao falar do governo islâmico como ‘idéia’ ou até mesmo como ideal. Mas como ‘vontade política’ isso me impressiona. Impressionou no seu esforço para politizar, em resposta a problemas atuais, as estruturas indissociavelmente sociais e religiosas; impressiona-me na sua tentativa para abrir na política uma dimensão espiritual”.¹⁰⁶

Vemos, com isso, uma preocupação presente em todo o “último Foucault”, um interesse em análises e reflexões filosóficas sobre acontecimentos da atualidade de quem pesquisa, uma prática histórico-filosófica, uma ontologia do presente. Dizer que Foucault errou ao fazer seu papel de pesquisador, de historicista e filósofo de sua atualidade seria reduzir o papel do pesquisador às análises de julgamento a partir de um ponto de vista ideológico. O que Foucault faz é mostrar um olhar de dentro e não mais de fora dos acontecimentos, ou melhor, se situar na fronteira entre o olhar do estrangeiro e a visão de quem participa diretamente. Assim, a tarefa jornalística de Foucault, segundo Madarasz, foi a de buscar no Irã não as

“razões profundas do movimento, mas a maneira como era vivido; para quem tentava compreender o que se passava na cabeça daqueles homens e daquelas mulheres quando arriscavam suas vidas, uma coisa era surpreendente. Foi deste modo que Foucault descobriu um processo coletivo resumindo-o no termo ‘espiritualidade política’, ou seja, uma história sonhada que era tão religiosa quanto política”.¹⁰⁷

O movimento feito por homens e mulheres comuns, apoiados em uma vontade de se libertar de uma relação de poder que lhes impunha pela força uma subjetividade, mostra como, para Foucault, as relações de poder estão ligadas a movimentos de resistência e se completam, pois os efeitos de poder que se firmam como pura coerção na verdade caminham para uma relação de dominação pura, e neste sentido a resistência aparece como instrumento de transformação nas relações de poder, como o movimento de sublevação no Irã.

¹⁰⁶ FOUCAULT, Michel. (apud MADARASZ, Normam). “Foucault e a revolução iraniana: o jornalismo de idéias diante da ‘espiritualidade política’”. In: *Verso e Reverso*, v. XX. Disponível em: www.versoereverso.unisinos.br. Acesso em janeiro de 2008, p. 3.

¹⁰⁷ MADARASZ, Norman. “Foucault e a revolução iraniana: o jornalismo de idéias diante da ‘espiritualidade política’”. In: *Verso e Reverso*, v. XX. Disponível em: www.versoereverso.unisinos.br. Acesso em janeiro de 2008, p. 5.

II. 4 – Resistência e sublevação na Revolução Iraniana

Retornando ao texto sobre Kant e o Esclarecimento, de 1983, Foucault identifica um entusiasmo passivo dos espectadores quanto à idéia de uma constituição civil possível. Em 1978/79 reconhece um entusiasmo não passivo nos participantes da revolução iraniana. Segundo Madarasz, Foucault “tentou ilustrar a enorme e impressionante coragem da população iraniana se revoltando ‘a mãos nuas’ contra a força do Xá – naquela época tão próximo das forças armadas dos E.U.A. quanto Israel está hoje”.¹⁰⁸ O trabalho crítico sobre a política ocidental e o fato de valorizar a insurreição como algo singular e dominante na história é que devem ser analisados, independente de que lado esteja defendendo ou de onde surja, caracteriza segundo muitos seu “erro”.

O jornalismo de idéias que Foucault pratica, escreve singularidades históricas em andamento, ou seja, parte de um olhar crítico sobre fatos históricos do presente. Isso fica evidente nas discussões que ele estabelece desde 1978: na análise sobre a Crítica, nas reflexões sobre as formas de governo e nos dois textos dedicados a Kant e ao Esclarecimento (ambos intitulados “O que é Iluminismo?”, e redigidos, respectivamente, nos anos de 1983 e 1984). Dizer então que Foucault errou por ter uma atitude crítica diante do seu tempo e por nos alertar que “o problema do Islã como força política é um problema essencial para nossa época e para os anos que virão. A primeira condição para abordá-lo, como mínimo de inteligência, é não começar pelo ódio”.¹⁰⁹ Podemos dizer que errou quem disse que Foucault não conhecia o Irã. É só refletir sobre os acontecimentos envolvendo o ocidente e o Irã na década de 80 e o ódio contra o Islã após o fatídico 11 de setembro. Foucault alerta para a possibilidade de sublevações contínuas no mundo do Islã em função da pressão cultural feita pelo ocidente aos muçulmanos e pela forma unilateral que alguns intelectuais tratam o problema das relações entre o Ocidente e o Oriente Médio:

“a partir de 1978, ao deparar com uma série de fatos, como o movimento iniciado pelos sindicatos solidariedade (Polônia) e a revolução islâmica (Irã), que o levam a reconhecer que é possível modificá-los. Onde, há poder, há resistência, e as resistências ao poder, muitas vezes, tem força irresistível”.¹¹⁰

¹⁰⁸ MADARASZ, Norman. “Foucault e a revolução iraniana: o jornalismo de idéias diante da ‘espiritualidade política’”. In: *Verso e Reverso*, v. XX. Disponível em: www.versoereverso.unisinos.br. Acesso em janeiro de 2008, p. 5.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 4.

¹¹⁰ BRANCO, Guilherme Castelo. “Foucault em três tempos: a subjetividade na arqueologia do saber”. *Revista Mente e Cérebro – Filosofia*, São Paulo, n. 6, p. 6-13, [2007], p. 11.

Ao analisar o movimento do povo iraniano para depor o Xá, Foucault identifica uma forma de resistência dentre várias que podem surgir numa relação de poder. Resistência aparece em Foucault como forma criativas de luta para uma mudança de poder ou para equilíbrio de forças antagônicas dentro das relações de poder existentes num determinado período, numa determinada cultura:

“a resistência se dá, necessariamente onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder; assim tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações; na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte”.¹¹¹

Pode-se resistir pela arte, crítica, pela filosofia. Ao analisar o texto de Kant sobre o Esclarecimento, Foucault identifica na atitude kantiana de questionar seu presente, uma forma de resistir pelo uso público de sua razão às formas de governo do seu tempo e identifica na Constituição Francesa, de 1791, uma forma de resistência política inserida numa outra forma de resistência pelas armas. No caso do Irã, a resistência se mostra através da “sublevação” diante da dificuldade de buscar ou criar formas diferentes de resistir à ditadura que assolava o país. A sublevação se caracteriza, nesse caso, por uma luta imediata no presente. O Foucault pesquisador e crítico de sua atualidade se revela a partir de uma faceta jornalística: as “reportagens no Irã expressam nitidamente sua prática de diagnosticador do presente”, principalmente nos “diagnósticos que faz entre Setembro de 1978 e Fevereiro de 1979 sobre a atualidade iraniana”.¹¹² Para isso, Foucault observa atentamente a força que surge dos personagens que enfrentam a morte para resistir a um regime que a muito lhes oprime.

“A sublevação surge como uma figura de resistência em que o homem escolhe o risco da morte à certeza da obediência. Foucault transforma-se, assim, em testemunha da emergência de uma força inédita – uma força de sublevação face ao intolerável onde o equilíbrio do medo se modifica”.¹¹³

Observando novas formas de resistência, Foucault vai além do filósofo alemão e mostra ser inevitável o surgimento de diferentes formas de lutar contra os efeitos de poder. Formas que surgem de necessidades imediatas. Além disso, ao fazer o diagnóstico do caso da “revolução iraniana” não quer apontar o lado certo ou o lado errado, mas identificar, enquanto

¹¹¹ REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Tradução: Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Paulo: Clara Luz, 2005, p. 75.

¹¹² EUGÉNIA, Vilela. “Resistência e acontecimento: as palavras sem centro”. In: GANDRA, José; KOHAN, Walter (Orgs.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 120.

¹¹³ *Ibidem*, p. 121.

intelectual do presente, formas de resistência que surgem em função de uma certa forma de subjetivação, pois “a sublevação é, assim, próxima do gesto de resistência pela qual um indivíduo enfrenta singularmente o poder através do seu próprio corpo, como contra-afirmação ao entendimento do poder enquanto dominação”.¹¹⁴ O pensamento e as reflexões de Foucault mostram um lado político-social de seu pensamento, de acordo com Vasconcellos,

“Não obstante, esta política presente no pensamento foucaultiano, não é propriamente a política do tomar de assalto o poder constituído para em seu lugar instaurar novas formas de governo que no limite tendem a reproduzir as mesmas práticas de seus antecessores. Falamos de um novo tipo de política, aquela que advém de tomadas de posições individuais, de reconfiguração de subjetividades, de constituição de estilos de vida, de invenção de novos modos de vida que darão, em última instância, uma resposta ao presente”.¹¹⁵

O que se define como política em Foucault é a busca de uma resistência constante diante das relações negativas do poder, é a busca da valorização das subjetividades e das práticas de liberdade do sujeito. Segundo Francisco Ortega, “partindo da explosão da revolução iraniana, da reflexão sobre as praticas de governo e do conceito de crítica, Foucault desenvolve uma noção de política que permanece constante em todos os seus trabalhos futuros: política entendida como recusa das formas impostas de subjetividade; ou seja, política como atitude crítica.”¹¹⁶ Foucault busca no texto de Kant sobre Esclarecimento uma atitude crítica em relação à atualidade, já que este pensa a revolução como uma forma de mudar a sociedade no sentido de progresso. Foucault, ao analisar a revolução iraniana e seus desdobramentos na sociedade iraniana e nos indivíduos que dela fizeram parte, vai além de Kant, pois não analisa as possíveis mudanças institucionais de governo que poderão ocorrer ou deixar de ocorrer num movimento de sublevação. Mais do que isso, detém-se nas formas como pode o sujeito lutar tanto pelo desassujeitamento quanto por novas modalidades de subjetividade.

¹¹⁴ EUGÉNIA, Vilela. “Resistência e acontecimento: as palavras sem centro”. In: GANDRA, José; KOHAN, Walter (Orgs.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 121.

¹¹⁵ VASCONCELLOS, Jorge. “Foucault, pensador do presente”. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina Velasco e (Orgs.). *Foucault hoje?* Rio de Janeiro: 7 letras, 2007, p. 111.

¹¹⁶ ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p. 40.

III – *ETHOS FILOSÓFICO* E ONTOLOGIA CRÍTICA DE NÓS MESMOS

No ano em que o texto “O que é Esclarecimento?” de Kant completaria duzentos anos, e ratificando o que tinha afirmado no curso do *Collège de France*, de 1983, ou seja, que iria rever com maior cuidado o texto acima citado, Foucault, em 1984, faz uma leitura mais detalhada do texto e apresenta novos termos que se tornarão fundamentais no seu trabalho sobre ética. Notadamente no que diz respeito às reflexões sobre temas como *ethos filosófico* e *atitude limite/experimental*.

Nos textos anteriores onde tratou do Esclarecimento em Kant, Foucault relacionou o tema kantiano à crítica, em 1978, enfatizando a importância de uma atitude crítica para a prática histórico-filosófica da liberdade e colocando o Esclarecimento como acontecimento capaz de enfrentar o domínio do saber/poder. Será interessante voltarmos a esse texto para entendermos a progressão de Foucault em direção a uma ética da crítica de si. Em 1983, novamente trabalha o tema *Aufklärung*, sempre na linha de que o Esclarecimento possibilita a arte de não ser governado. Porém, enfatiza ainda mais a relação de Kant com sua atualidade e o caráter de processo contínuo dessa análise pelo Esclarecimento, estabelecendo uma relação entre o estudo kantiano da Revolução Francesa e o texto de 1784 sobre as luzes. Nesse ponto lança já um problema criado pelo Esclarecimento kantiano à filosofia que foi a divisão da crítica, ou seja, de uma crítica que se preocuparia com uma analítica da verdade e uma de caráter mais próximo ao Esclarecimento, que seria uma filosofia crítica do presente. Temática essa que culminará na proposta de uma Ontologia Crítica de nós mesmos.

III. 1 – A possibilidade de um uso público da razão

Em 1984, Foucault reafirma o caráter crítico do Esclarecimento kantiano, sua importância para a Filosofia Moderna, mas adiciona termos próprios no que parece ser um complemento ou uma continuação do Esclarecimento explicado por Kant há duzentos anos. Foucault propõe uma continuidade reflexiva, um constante filosofar na busca de uma autonomia, de uma maior liberdade de pensamento e expressão diante das relações de dominação.

Foucault não retoma a discussão acerca da Revolução, mas aprofunda o debate sobre a questão histórica da *Aufklärung* e do *ethos filosófico* como uma ontológica crítica de nós mesmos e como uma prova histórico-prática dos limites que podemos transpor.

Começa diferenciando os textos jornalísticos ligados à filosofia do tempo de Kant e os dos tempos atuais. Considera que os textos tratavam de assuntos que os leitores não faziam idéia de como explicar ou responder e que, atualmente, ao contrário, os assuntos são lançados dentro de uma linha onde todos já possuem uma opinião própria. Vai direto ao assunto do Esclarecimento repetindo algumas afirmações de 1983. Para ele, seria uma façanha de Kant lançar uma questão que há duzentos anos tantos filósofos tentam responder: qual seria, então, o acontecimento que se chama a *Aufklärung* e que determinou, pelo menos em parte, o que somos, pensamos e fazemos hoje? Se essa pergunta fosse lançada hoje, seria “O que é a filosofia moderna?”. Novamente voltaria à primeira pergunta, ou seja, a filosofia moderna é a que tenta responder o que seria Esclarecimento. Diferencia o tratamento dado por Kant ao termo e por outros pensadores da época. Daí citar Moses Mendelssohn que tinha escrito no mesmo jornal um texto com o mesmo título, porém com foco totalmente diferente do proposto por Kant. O texto de Mendelssohn tratava de um assunto específico que era a relação entre a Alemanha e os judeus, o que era uma reflexão da atualidade alemã. Citamos as três principais:

- Representar o presente como distinto de outras épocas do mundo por características próprias;
- Interrogar o presente para decifrar um acontecimento iminente;
- Analisar o presente como ponto de transição para um novo mundo.

Foucault enfatiza que Kant trabalha a idéia de Esclarecimento de forma totalmente diferente e inédita. De modo negativo, Kant define o Esclarecimento como uma saída, uma solução. O filósofo não se prende a um processo histórico investigando sua origem ou

finalidade, mas puramente estudando a atualidade, buscando uma diferença entre o hoje em relação ao ontem.

Foucault enumera três pontos importantes sobre o texto de Kant no que se refere à questão filosófica do presente:

- Primeiro: Kant aponta o Esclarecimento como uma saída do estado de menoridade. Como vimos anteriormente no texto de Kant, é um estado onde aceitamos a condução de nossas decisões racionais por outrem; o Esclarecimento para Kant se define, segundo Foucault, pela “modificação da relação preexistente entre a vontade, a autoridade e o uso da razão”.¹¹⁷
- Segundo: Kant apresenta o Esclarecimento como um processo próximo de acontecer, mas o coloca como obrigação. O Esclarecimento depende de uma mudança feita de dentro para fora, de uma coragem de mudança em relação ao saber.
- Terceiro: Kant define duas maneiras de o homem sair de sua menoridade, ou seja, o que decorre do uso de obediência e o que decorre do uso livre da razão.

Sendo que para distinguir entre o uso da obediência e o uso da razão livre, Kant divide o uso da razão em uso privado e uso público da razão.

Em 1978, no final da explanação de Foucault sobre a crítica, é levantada uma questão sobre uso público da razão na qual podemos notar a dificuldade, num primeiro momento, em se diferenciar o uso público do uso privado da razão. Nas palavras de Sylvain Zac, “quando alguém ocupa, por exemplo, uma cadeira de filosofia numa universidade, aí ele tem o uso público da palavra e não deve criticar a bíblia: de outro lado, no uso privado, ele pode fazê-lo”.¹¹⁸ Foucault responde dizendo ser exatamente o contrário, pois

“é aquele que circula de sábio em sábio, que passa pelos jornais e pelas publicações, e que faz apelo à consciência de todos. Esses usos, esses usos públicos da razão não devem ser limitados, e curiosamente o que ele chamou de uso privado, é o uso, de alguma forma, do funcionário. E o funcionário, o oficial, diz ele, não tem o direito de dizer ao seu superior: ‘eu não te obedeco e tua ordem é absurda’. A obediência de cada indivíduo, enquanto ele faz parte do Estado, a seu superior, ao Soberano ou ao representante do soberano, é isso que ele chama curiosamente o uso privado”.¹¹⁹

¹¹⁷ FOUCAULT, Michel. “O que são as Luzes?”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (Vol. II). Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 337.

¹¹⁸ FOUCAULT, Michel. *O que é a crítica?* Tradução Gabriela Lafetá Borges. Conferência proferida em 27 de maio de 1978. Disponível em: www.unb.br/fe/tef/filosoco/foucault/critique.html. Acesso em dezembro de 2007.

¹¹⁹ Idem.

Em relação à sua explicação no texto sobre a crítica, Foucault complementa dizendo que o problema do uso público da razão além de ser uma questão moral é também uma questão política, onde um soberano esclarecido conseguiria melhor obediência de seus governados por entender o direito ao uso público da razão, onde esses raciocinariam o quanto quisessem, mas obedeceriam ao máximo que pudessem diante de um governo que não agredisse o direito ao Esclarecimento.

Foucault propõe deixar de lado o texto de Kant, por não satisfazer os historiadores no que tange à análise das transformações no final do século XVIII de forma mais aprofundada. Porém, volta à sua definição de crítica e novamente ligando-a à idéia kantiana de Esclarecimento. Enfatiza a importância do texto de Kant, de 1784, sobre o Esclarecimento alertar para uma legitimidade da razão em detrimento do perigo da heteronomia. Seguindo sua idéia de crítica, no sentido do homem almejar um auto-governo, um governo de si ou, ainda nas palavras de Kant, de o homem ser capaz de fazer uso de seu próprio entendimento, Foucault coloca o Esclarecimento como a gênese da era da crítica. Comparando o texto de Kant referente ao Esclarecimento com outros textos de história que tratam da mesma época, Foucault diferencia o texto de Kant não no que diz respeito à questão temporal, mas na relação do homem que passa por um processo, saindo da minoridade para uma maioridade. A própria relação descrita por Foucault como característica do Esclarecimento, como processo de relação com o presente, se vê na reflexão de Kant sobre a atualidade de seu trabalho. Isso torna singular o texto de 1784, já que une o presente à filosofia. O que é importante na minha atualidade, que faça diferença na história e que seja motivo para uma reflexão filosófica?

Para Foucault, Kant esboça uma “atitude de modernidade” e propõe uma análise diferente do Esclarecimento, não mais como uma época histórica. Refere-se ao texto de Kant lançando a seguinte pergunta: “não podemos encarar a modernidade mais como uma atitude do que como um período da história?”.¹²⁰ Pretende, com isso, erigir uma tarefa do pensar e agir, um *ethos* mesmo, uma atitude de modernidade no confronto do que se formou contra a modernidade. Para exemplificar o que seria atitude de modernidade, cita Baudelaire:

- Cita porque parece que esse não é como a tradição que situa a modernidade como um processo de ruptura, como algo de passagem, porém o que ele propõe é uma relação, uma atitude em relação ao movimento de modernidade, isto é, ser moderno é buscar no presente algo que deve ser recuperado, uma heroificação do presente.

¹²⁰ FOUCAULT, Michel. “O que são as Luzes?”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (Vol. II). Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 341.

- Diferencia a atitude de modernidade daquele que flana. Heroificar o presente tem um sentido irônico, onde não se trata de perpetuar ou sacralizar o presente, pois esse é o homem que flana, contrário daquele que procura, corre atrás e que tem imaginação sempre ativa na busca desse algo que seria a modernidade. Esse é o homem com atitude de modernidade. Segundo Foucault, “a modernidade baudeleriana é um exercício em que a extrema atenção para com o real é confrontada com a prática de uma liberdade que, simultaneamente respeita esse real e o viola”.¹²¹
- Ainda diz Foucault, Baudelaire trabalha a idéia onde a modernidade não é simples relação com o presente, mas consigo mesmo, ou seja, “o homem moderno, para Baudelaire, não é aquele que parte para descobrir a si mesmo, seus segredos e sua verdade escondida; ele é aquele que busca encontrar-se a si mesmo. Essa modernidade não liberta o homem em seu ser próprio; ela lhe impõe a tarefa de elaborar a si mesmo”.¹²²
- Foucault termina seu exemplo alertando que, para Baudelaire, esse jogo de liberdade não é possível na sociedade e na política, mas somente na arte como um lugar privilegiado.

Foucault no restante de sua explanação não cita mais Baudelaire, mas podemos notar uma relação das idéias desse com o Esclarecimento de Kant, no que diz respeito à relação com o presente e na tarefa do homem de se elaborar, de se libertar. Foucault deixa claro que as atitudes de modernidade podem assumir várias formas e que o exemplo de Baudelaire é uma das formas, assim como a atitude kantiana com o Esclarecimento e sua relação com o presente. Ele afirma, ainda, o Esclarecimento como ponto de referência de três características do ser moderno: relação com o presente, modo de ser histórico, constituição de si como sujeito autônomo.

Notamos nessas três características descritas como conseqüências do Esclarecimento para a constituição do ser moderno, o que Foucault desenvolve em sua ética, ou ainda, com a sua noção de *ethos filosófico*: um hábito reflexivo que se caracteriza principalmente pela crítica permanente de nosso ser histórico. Os três grandes textos de Foucault que tratam do Esclarecimento kantiano traçam um caminho para autonomia do sujeito pela crítica de si, pela

¹²¹ Ibidem, p. 344.

¹²² Idem.

prática histórico-filosófica e o desenvolvimento de um *ethos filosófico* que se apresenta de forma negativa, como explica Foucault:

- Recusa a chantagem, o que não significa aceitar ou negar o Esclarecimento, mas buscar os limites atuais necessários e pesquisar para saber o que é ou não é mais indispensável, para a constituição de nós mesmos como sujeitos autônomos.
- Evita que a crítica constante de nós mesmos (*ethos filosófico*) faça confusões entre humanismo e Esclarecimento, pois Foucault o enxerga como acontecimento. Para Foucault, o Esclarecimento acontece mediante processos históricos complexos em todos os âmbitos da sociedade e que em relação à filosofia se destaca o pensamento de Kant pela relação do Esclarecimento com o presente enquanto a temática “humanista” é em si mesmo muito maleável, muito diversa, muito inconsistente para servir de eixo de reflexão.

Continuando sua explicação sobre *ethos filosófico*, Foucault explica duas características positivas:

- É uma atitude limite, ou seja, transforma a crítica exercida sob a forma de uma limitação necessária em uma forma de ultrapassagem possível.
- Para que não se trate de um sonho vazio de liberdade, o *ethos filosófico* deve ser também uma atitude experimental: “esse trabalho realizado nos limites de nós mesmos, deve, por um lado, abrir um domínio de pesquisas históricas e, por outro colocar-se à prova da realidade e da atualidade, para simultaneamente apreender os pontos em que a mudança é possível e desejável e para determinar a forma precisa a dar a esta mudança”.¹²³

¹²³ FOUCAULT, Michel. “O que são as Luzes?”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (Vol. II). Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 348.

III. 2 – O *ethos filosófico* como uso público da razão

De acordo com as idéias de Kant, contidas no texto de 1784 sobre o Esclarecimento e analisado por Foucault em seus trabalhos sobre o Esclarecimento kantiano, a exposição pública das idéias é o caminho para que o homem se desenvolva, se torne maior. A busca do Esclarecimento deve ser incentivada em todos os cidadãos, pois somente assim o homem saberá se portar sem a necessidade de senhores, preservando sua autonomia, seus direitos vitais. A idéia foucaultiana de *ethos filosófico* é o que possibilitaria a busca da crítica. Uma reflexão constante representa a base a partir da qual o sujeito torna-se autônomo para praticar o exercício livre de pensar e agir conforme seu próprio entendimento. Ao estudar o pensamento kantiano acerca do Esclarecimento, Foucault ressalta a importância de superarmos a heteronomia. E é nesse sentido que Kant nos alerta na terceira seção da *Fundamentação da metafísica dos costumes*:

“quando a vontade busca a lei, que deve determiná-la, em qualquer outro ponto que não na aptidão de suas máximas para sua própria legislação universal, quando, portanto, passando além de si mesmo, busca essa lei na natureza de qualquer dos seus objetos o resultado é sempre a heteronomia, não é, pois, a vontade que dá a lei a si mesma, mas sim o objeto que por sua relação com a vontade dá a esta lei”.¹²⁴

Para Kant, a vontade que se pauta na heteronomia, tem uma moral ilegítima, ou seja, que não é própria, que não é livre, pois depende de algo externo para lhe indicar o que é certo ou o que é errado. Desta forma, corre-se o risco do engodo e de se obedecer somente ao desejo e às normas externas. Para evitar que o homem permaneça preso a senhores, Kant propõe a idéia de autonomia, contrária à heteronomia, propõe um homem que tenha uma autonomia da vontade onde esta é para si mesma uma lei, independente das inclinações de seu querer, como já foi explicado anteriormente. A busca de Esclarecimento pela autonomia deve ser incentivada a todos os homens, já que a lei moral que garante a autonomia da vontade para Kant não é particular desse ou daquele homem. É, ao contrário, vontade de todo ser racional, de todo gênero humano. Pois, “na medida em que sou autônomo, legislo pra mim mesmo exatamente a mesma lei que todo ser racional autônomo legisla para si”.¹²⁵ A problemática que aparece em Kant nesse momento é o fato de essa lei, mesmo sendo natural em todos os homens, só poder ser legisladora para quem alcançar a autonomia. Ora, como poderia alguém

¹²⁴ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 71.

¹²⁵ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 41.

não autônomo fazer uso público da razão, uma vez que o próprio Kant diz: “entende, contudo, sob o nome de uso público da razão aquele que qualquer homem, na condição de sábio, faz dela diante do grande público do mundo letrado”.¹²⁶ Parece até aqui que Kant propõe um Esclarecimento limitado a um grupo, só acessível aos sábios e aos letrados, enquanto Foucault propõe um *ethos filosófico* ao alcance de todas as pessoas.

O Esclarecimento kantiano é, para Foucault, uma atitude crítica diante de uma necessidade de se pensar o presente. Contudo, o Esclarecimento pelo uso público da razão é uma das formas de atitude limite, mas não a única. Indo além do que pensou Kant a propósito de como chegar ao Esclarecimento, ou seja, através de uma única forma, para Foucault, o *ethos filosófico* pode ser praticado pelo uso público da razão também, o que seria a atitude dos intelectuais, dos filósofos e escritores diante de um problema atual. Tratar-se-ia de uma crítica do presente feita por quem escreve. Como vimos anteriormente, Foucault não concorda com o intelectual que se esconde ou que estrategicamente escolhe sobre o que falar, mas se posiciona como intelectual que fala de acontecimentos do presente, esteja onde estiver acontecendo, como foi o caso da revolução islâmica do Irã. A questão é: enquanto crítico do meu próprio presente, de que forma pelo *ethos filosófico* sou capaz de uma atitude limite/experimental?

Quando Kant propõe o uso público da razão, se remete a uma forma de romper com os obstáculos que impediam o livre pensar. Hoje, o *ethos filosófico* possibilita esse livre pensar como uma reflexão constante sobre si e o que se passa na sua atualidade. Trata-se também de uma forma de o indivíduo expressar pelas letras suas idéias a respeito de questões morais, políticas, sociais e econômicas do seu tempo. Nesse ponto, o *ethos filosófico* se assemelha ao uso público da razão proposto por Kant. A diferença reside no fato de que o *ethos filosófico* não é só isso, ou seja, a expressão das idéias pelas letras é uma das formas de atitude limite/experimental dentre as várias possíveis.

Tugendhat, em *Lições sobre ética*, considera que “a explicação que deveríamos evitar é a de que Kant é filho de seu tempo e que é um certo espírito prussiano e pietista que fala através dele”.¹²⁷ Levando em consideração que a *Fundamentação da metafísica dos costumes* foi escrita em 1785, e o texto “O que é Esclarecimento?”, em 1784, percebemos que Kant viveu em um período de grandes transformações históricas nos mais diversos aspectos culturais, como a primeira Revolução Industrial, em meados do século XVIII, e a Revolução Francesa, em 1789. Embora o texto escrito em 1784 ainda se faça presente nas discussões filosóficas contemporâneas, Kant, sem dúvida, “preocupava-se com as questões relevantes e

¹²⁶ Ibidem, p. 117.

¹²⁷ TUGENDHAT, Ernest. *Lições sobre ética*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 113.

públicas do seu tempo, a tal ponto que escreveu esse texto jornalístico de opinião (a partir de uma convocação pública e geral feita pelo próprio jornal) com o propósito de debater pontos de vista distintos do seu”.¹²⁸ Ele fez uso público de sua razão, assim como Foucault fez *um jornalismo de idéias*, ao analisar a revolução Iraniana, ou seja, um acontecimento de seu tempo, uma vez que se não o fizesse estaria contrariando a sua própria idéia de prática histórico-filosófica. Tanto Kant como Foucault usaram o texto como forma de eles mesmos fazerem uso público da razão, mostrando aos letrados de suas respectivas atualidades, idéias próprias sobre liberdade de pensamento.

Kant não exclui ninguém, pois sem distinção de classes dizia ser possível a todo gênero humano alcançar o Esclarecimento, e que qualquer lei ou “contrato, que decidiria afastar para sempre todo ulterior Esclarecimento (*Aufklärung*) do gênero humano, é simplesmente nulo e sem validade, ainda que fosse confirmado pelo poder supremo, pelos parlamentos e pelos mais solenes tratados de paz”.¹²⁹ Em 1784, discutir sobre o que se passava era quase que uma exigência, como nos assinala Karina Mirian “ao frisar ser o Esclarecimento um processo, ‘a saída (*Ausgang*) do homem de sua menoridade’, de um estágio no qual ele se encontrava tolhido no exercício de sua liberdade, Kant parece apontar um movimento peculiar, presente na sua época”.¹³⁰

Foucault, em seus estudos sobre o pensamento Kantiano e em particular sobre a idéia kantiana de maioridade intelectual, desenvolve argumentos que valorizam a história e o presente que Kant estuda, ou seja, o presente do próprio Kant. A necessidade de estudar o presente como valoração do homem no momento de sua ação, seja ela de caráter prático ou teórico, lhe pareceu algo fundamental: “essa particularidade de Kant, a de debater questões importantes de sua época, não foi negligenciada por Foucault, que por sua vez sempre sustentou que a função mais significativa da filosofia é a de realizar o ‘diagnóstico do presente’”.¹³¹ Em seu trabalho intitulado “O que são as Luzes?”, de 1984, Foucault apresentou, um estudo sobre o Esclarecimento kantiano e enfatizou a necessidade do *ethos filosófico* para a formação de um homem com maior autonomia, embora demonstre que há

¹²⁸ BRANCO, Guilherme Castelo. “Kant no último Foucault: liberdade e política”. *Ethica. Cadernos Acadêmicos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2001, p. 80.

¹²⁹ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 119.

¹³⁰ ALVES, Karina Mirian da Cruz. *Foucault e a Aufklärung como crítica: o presente como questão filosófica*. Disponível em: www.fazeraprender.Hpg.ig.com.br. Acesso em dezembro de 2006.

¹³¹ BRANCO, Guilherme Castelo. “Kant no último Foucault: liberdade e política”. *Ethica. Cadernos Acadêmicos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2001, p. 80.

dificuldades que devam ser superadas para que isso ocorra. Pois, só quando o uso legítimo da razão for claramente definido em seus princípios é que sua autonomia pode ser assegurada.

A preocupação de Foucault parece ser a de que o homem vive um momento de aprisionamento em relação a uma modalidade de poder que se utiliza da razão, da técnica e da ciência como formas inquestionáveis de verdade. Porém, ao ver no *ethos filosófico* uma forma de livrar o homem de uma possível “ditadura do conhecimento” e possibilitar uma maior autonomia através do constante filosofar, ele relaciona liberdade e autonomia, evitando assim um erro que se prolonga desde Kant. Daí Foucault sugerir “que a questão da *Aufklärung* – desde Kant, por causa de Kant e, verdadeiramente, devido à defasagem entre *Aufklärung* e crítica introduzida por ele, foi tomada essencialmente em termos de conhecimento. Quanto mais e melhor saber, mais Esclarecimento”.¹³² O que Foucault nos mostra é que, a partir de Kant e sua idéia de Esclarecimento, parece ser legítimo somente o conhecimento que valoriza certo tipo de sistema, o que domina, o que se julga correto. Mas, ao mesmo tempo, Foucault explicita a importância da pergunta lançada por Kant, como inquietante e provocadora de embates filosóficos:

“de Hegel a Horkheimer e Habermas, passando por Nietzsche e Marx Weber não existe filosofia que não tenha se confrontado, direta ou indiretamente, com a mesma questão: o que é, pois, esse acontecimento que se denomina *Aufklärung* e que determinou, pelo menos parcialmente, o que somos, pensamos e fazemos ainda hoje? Imaginemos o que *Berlinische Monatschrift* existisse ainda hoje e que ele levantasse a seus leitores a questão ‘o que é a filosofia moderna?’, talvez pudéssemos responder, fazendo eco: a filosofia moderna é a que tenta responder à questão lançada, há dois séculos, com tanta imprudência: *Was ist Aufklärung?*”.¹³³

Torna-se imprescindível que o homem seja capaz de expor suas idéias ao mundo para que o hábito de filosofar, de criticar. Na perspectiva de Foucault, “a liberdade passa a ser a possibilidade de exercitar a atitude-limite como caminho para a crítica e para a mudança, ou seja, a liberdade passa a ser entendida como nossa real capacidade de mudar as práticas em que somos constituídos ou nos constituímos como sujeitos morais”.¹³⁴ O que Foucault propõe é que pelo *ethos*, pelo exercício da crítica, o homem seja capaz de ultrapassar ou descobrir suas possibilidades de ultrapassagem diante dos limites impostos pela ditadura do

¹³² ALVES, Karina Mirian da Cruz. *Foucault e a Aufklärung como crítica: o presente como questão filosófica*. Disponível em: www.fazeraprender.Hpg.ig.com.br. Acesso em dezembro de 2006.

¹³³ FOUCAULT, Michel. “O que são as Luzes?”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (Vol. II). Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 335.

¹³⁴ NETO, Alfredo Veiga. *Foucault e a educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Coleção Pensadores e Educação), p. 32.

conhecimento ou de qualquer relação de poder atual, seja através da exposição no âmbito público de seus pensamentos, como propôs Kant; seja assinalando os limites daquilo que pensamos e fazemos. Eis a encruzilhada na qual nos encontramos: limitação necessária ou ultrapassagem possível.

Essa busca constante da crítica, ou seja, o desenvolvimento dessa arte de questionar a verdade dada por uma autoridade, de não querer ser governado, possibilita um caminho para nos livrarmos do que Foucault chama de “uso ilegítimo da razão que faz nascer, com a ilusão, o dogmatismo e a heteronomia”,¹³⁵ ou seja, a dependência de normas e leis externas, de tutores que nos digam o que é melhor ou pior, certo ou errado, moral ou não. No lugar dessa heteronomia, busca-se a autonomia e o exercício da crítica. Pelo *ethos filosófico* possibilitamos a nós mesmos o uso público da razão e de outras formas de atitudes-limite, que possibilitarão uma maior liberdade ao homem diante da ditadura do conhecimento técnico-científico, ou qualquer relação de poder que impeça o homem de buscar uma prática de liberdade. Daí a necessidade de uma “*crítica permanente de nosso ser histórico*”.¹³⁶

O *ethos filosófico* é o que vai resolver o problema do Esclarecimento kantiano uma vez que, diante dos textos “O que é Esclarecimento?” e dos escritos sobre autonomia em *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Kant mostra a dificuldade de o homem em se tornar independente dos seus tutores, visto que para isso é necessário ser autônomo. Para Kant, essa autonomia se mostraria nos sábios esclarecidos, o que deixaria a maioria dos homens fora desse processo. Mas, segundo Foucault, essa autonomia se alcança pela “ontologia crítica de nós mesmos como uma prova histórico-prática dos limites que podemos transpor, portanto, com o nosso trabalho sobre nós mesmos como seres livres”.¹³⁷ Isso se dá, mais exatamente, através de atitudes-limites/experimentais que possibilitam lutar pelo exercício da liberdade, e que estariam ao alcance de qualquer homem. Não como Kant que aceita a capacidade passiva de qualquer homem se tornar esclarecido desde que lhe seja dada essa oportunidade, tendo em vista que todos os indivíduos podem buscar essa liberdade mesmo que não lhe dêem esta oportunidade através de atitudes-limite como a resistência ou a sublevação, a exemplo do que ocorreu na revolução no Irã e mesmo no uso público da razão.

¹³⁵ FOUCAULT, Michel. “O que são as Luzes?”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (Vol. II). Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 340.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 345, os grifos são meus.

¹³⁷ FOUCAULT, Michel. “O que são as Luzes?”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (Vol. II). Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 348.

Retomando o problema de o Esclarecimento ser algo possível a todos e não somente a uma elite pensante, teríamos de supor que Kant realmente tenha tido ideais elitistas diante do Esclarecimento. No entanto, como diz Vianna,

“Kant entende o Esclarecimento como uma condição moral e não uma coisa, e seu sentido não pode ser restringido a saber ou conhecimento, pois é a combinação do conhecimento profundo sobre um assunto específico com a autonomia crítica do sujeito do conhecimento”.¹³⁸

Se isso proceder, então não teria o Esclarecimento o caráter libertário, ou seja, realmente a *Aufklärung* kantiana seria algo autoritária e aprisionadora, algo a serviço de uma razão ditatorial e de seus seguidores fiéis. Mas Kant também deixa claro que é possível o Esclarecimento a todo gênero humano, não excluindo ninguém da capacidade de se esclarecer como já foi lembrando anteriormente. A primeira dificuldade é se tornar autônomo em sua vontade para fazer uso público de seu entendimento.

Para dar conta desse problema, faz-se necessário recorrer ao próprio conceito de moderno em Foucault. Para Foucault, ser moderno é ser capaz de problematizar, filosofar sobre o presente, criticar sua própria atualidade. Para isso, o filósofo precisa estar atualizado em relação aos acontecimentos de seu tempo, ao que ele chama de “atitude de modernidade”.¹³⁹ Foucault procura se livrar da rigidez com que Kant coloca a razão como forma soberana de saber e utiliza o conceito do próprio Kant para ir além, para estender o Esclarecimento ao homem não mais do século XVIII, com todas as suas peculiaridades, mas ao homem do momento atual com todas as suas singularidades. Não mais um Esclarecimento apenas para os letrados, mas pelos que ele chama de intelectuais locais.

Da mesma forma que a *Aufklärung* foi para Kant um acontecimento que possibilitou experiências possíveis, como a de denunciar os abusos religiosos e políticos de sua época, hoje ainda a *Aufklärung* possibilita um acontecimento que traz uma abertura de possibilidades possíveis, capazes de ultrapassar os limites impostos pelos sistemas de controle. Como dizia o próprio Kant sobre seu tempo, “se se fizer então a pergunta: ‘vivemos hoje uma época esclarecida [*aufgenklärt*]?’, a resposta será: ‘não, vivemos em uma época de Esclarecimento [*Aufklärung*]’”.¹⁴⁰ O que propõe Foucault, através do *ethos filosófico*, não um Esclarecimento pronto, mas um processo de libertação pela crítica.

¹³⁸ VIANNA, Alexander Martins. “Esclarecimento segundo Kant”. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 31, dezembro de 2003. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/031/31tc_kant.htm. Acesso em dezembro de 2007.

¹³⁹ ALVES, Karina Mirian da Cruz. *Foucault e a Aufklärung como crítica: o presente como questão filosófica*. Disponível em: www.fazeraprender.Hpg.ig.com.br. Acesso em dezembro de 2006.

¹⁴⁰ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 120.

III. 3 – Para uma Ontologia Crítica de nós mesmos

Foucault aponta, em 1984, ao escrever “O que são as Luzes?” as características do *ethos filosófico* como inerentes à ontologia crítica de nós mesmos e à necessidade deste para que possamos renunciar a esperança de alcançarmos um conhecimento completo. Porém, alerta Foucault, esse trabalho histórico-prático sobre nós mesmos tem sua generalidade, sua sistematização, sua homogeneidade e sua aposta.

Com relação à aposta, “é indicada pelo que poderíamos chamar de o paradoxo (das relações) da capacidade e do poder”,¹⁴¹ ou seja, a aposta feita no século XVIII não era tão simples, pois, paralelamente à luta por uma maior liberdade e aprimoramento das capacidades, se desenvolvia uma tecnologia de controle em nome do poder de Estado. Ao contrário do que fez, em 1978, onde apenas aponta a diferença entre o uso privado e o uso público da razão; em 1984, Foucault delineia um problema político sobre a questão do Esclarecimento enquanto atitude crítica que se expressa na seguinte questão: como garantir essa liberdade de expressão se o indivíduo deve obedecer o quanto possível? Nesse ponto, segundo Foucault, Kant propõe um certo tipo de contrato:

“o que poderíamos chamar de contrato do despotismo racional com livre razão: o uso público e livre da razão autônoma será a melhor garantia da obediência, desde que, no entanto, o próprio princípio político ao qual é preciso obedecer esteja de acordo com a razão universal.”¹⁴²

Podemos recorrer a outro texto no qual Foucault explica de forma mais detalhada o desenvolvimento de uma forma de governo em função do bom funcionamento do Estado. Trata-se de um escrito de 1978 sobre a “governamentalidade”, onde acompanha o surgimento desde o século XVI até o XVIII de uma arte de governar que não mais se caracteriza pela soberania, mas pelo Estado e seus aparelhos administrativos, e que embora fosse mais sofisticada, não era menos controladora da liberdade.

A partir do texto de Maquiavel, Foucault traça uma análise do desenvolvimento de uma racionalidade governamental que culmina numa ciência política. Para Foucault, uma série de textos é importante para explicar como, a partir de uma análise negativa a respeito de Maquiavel, surge uma forma de governar com base numa razão própria, uma arte de governar

¹⁴¹ Ibidem, p. 349.

¹⁴² FOUCAULT, Michel. “O que são as Luzes?”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (Vol. II). Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 340.

que leva em consideração não mais a vontade do príncipe ou do soberano, mas as necessidades básicas da população. Este estudo mostra que o sujeito inserido na população de um determinado Estado tem sua vida controlada em função da vontade e das necessidades do Estado. Isso poderia soar como uma negativa, mas para Foucault a razão de Estado que se forma a partir do século XVI tem por objetivo o bem comum. Foucault faz uma diferença entre o soberano e o governo uma vez que a soberania se garante pelas leis e em função disso obriga o sujeito a uma obediência, ou seja, quem é bom é quem obedece e segue as normas do soberano. Deste modo, o objetivo não é o melhor governo, mas colocar em prática a vontade do soberano, o que se difere totalmente do que seria uma arte de governar voltada para uma razão de Estado. Quando se governa em função de uma população, não busca o governo o melhor pra si, mas faz-se uma análise das necessidades e particularidades da população, pois essa é o componente importante para o funcionamento do Estado, é o que garante produção e a segurança, seja nas indústrias seja no exército.

Para isso, Foucault cita textos que se desenvolvem desde o século XVI até o século XVIII, evidenciando a importância do exemplo do governo da família para o desenvolvimento de uma política econômica, pois até então a economia se referia sempre ao governo do chefe de família sobre seus familiares. A verdade é que se desenvolve uma razão de Estado que controla e coordena as atitudes da população para o interesse de Estado, não como nas ditaduras clássicas que controlam simplesmente em função de interesses pessoais. Criam-se mecanismos de controle eficazes que mantêm o Estado a par de tudo que população precisa, mas também que garante que esse mesmo Estado tenha controle sobre as ações de tal população, como o controle demográfico, das taxas de emprego e desemprego, do número de nascimentos etc.

Poderíamos perguntar até que ponto essa governamentalidade baseada na população poderia ser uma agressão à liberdade do sujeito ou uma forma de assujeitamento. Ora, através de um controle criado por uma racionalidade própria, o Estado, a partir dos séculos XVIII e XIX, controla todas as ações do sujeito em função da população que ele está inserido, ou seja, o sujeito tem um comportamento padronizado em função de uma vontade que, a princípio, é externa a ele, isto é, uma vontade do Estado na qual qualquer movimento que se pareça diferente do que é certo para é tida como incoerente ou ruim. Sendo assim, mesmo que racionalmente planejada e diferente da forma de uma ditadura ou da forma de um soberano, a nova forma de governar através de uma análise da população agride e impede o exercício

prático da liberdade à medida que controla suas ações, estabelecendo o que é certo e o que é errado não em função do bem estar do sujeito, mas do bom funcionamento do Estado.

Diante desse desenvolvimento da arte de governar para uma razão de Estado onde tecnologias são criadas no intuito de fortalecer as relações de controle e manipulação da população, a aposta seria então: “Como desenvolver o crescimento das capacidades e a intensificação das relações de poder!”.¹⁴³ As análises desenvolvidas por Foucault na perspectiva da “biopolítica” mostram que a partir do século XVIII houve um incremento dos procedimentos administrativos, de modo que se tornou necessário “racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população”.¹⁴⁴

De acordo com Foucault, uma ontologia histórica de nós mesmos deve responder a perguntas de ordem epistemológica, política e ética. Somente assim podemos não apenas nos entender enquanto sujeitos de nosso saber, como também dar conta de “como nos constituímos como sujeitos que exercem ou sofrem as relações de poder; como nos constituímos como sujeitos morais de nossas ações”.¹⁴⁵ Além disso, para que uma ontologia crítica de nós mesmos não caia na desordem e na contingência, faz-se necessário ainda que as pesquisas histórico-críticas sejam bem particulares. Foucault ressalta a importância de uma análise do presente, notadamente através de uma atitude limite/experimental que nos leve a uma constante reflexão sobre o que somos e como fomos constituídos enquanto sujeitos, evitando assim sermos prisioneiros da História ou de uma relação de poder que se direcione para uma ditadura.

¹⁴³ FOUCAULT, Michel. “O que são as Luzes?”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (Vol. II). Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 349.

¹⁴⁴ FOUCAULT, MICHEL. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro, 1994, Tradução Andréa Daher, p. 89.

¹⁴⁵ Idem.

CONCLUSÃO

Vimos, no decorrer do trabalho, que a presença de Kant nos estudos do “último Foucault” o direcionam para uma Ontologia do Presente, isto é, para uma reflexão crítica do momento atual. Ao analisar os trabalhos feitos sobre crítica, Esclarecimento e *ethos filosófico*, notamos que há um ponto em comum entre o pensamento kantiano acerca do estudo da atualidade e a idéia de Foucault de uma reflexão filosófica do presente. Mais do que pretender mostrar semelhanças entre os pensamentos dos dois filósofos, o que se buscou aqui foi, como nos diz Guilherme Castelo Branco,¹⁴⁶ ressaltar a importância da atualidade para uma reflexão filosófica como prática de liberdade e autonomia.

Duzentos anos após a publicação do texto “O que é Esclarecimento?”, fazer uma reflexão sobre o tema à luz do pensamento kantiano, mostra-se importante, de acordo com Foucault, pelo fato de ter sido a partir desse texto que a filosofia crítica surge como uma analítica do presente, como uma ontologia crítica de nós mesmos.

O conceito de crítica que Foucault aborda como uma arte de não ser governado, de questionar a autoridade que impõe certa verdade, é comparado pelo próprio filósofo à idéia kantiana de Esclarecimento. Sendo que essa liberdade de pensamento só se efetiva através de uma *atitude crítica* que questione ou reflita sobre um acontecimento singular no presente, que se apresente como uma modalidade de resistência às formas de assujeitamento propostas pelas relações de poder. Foucault identifica no texto de Kant essa atitude capaz de refletir sobre um acontecimento ainda em andamento, um acontecimento que rompe com os padrões de governo e dominação da atualidade. Embora Kant não aceitasse a revolução violenta como sinal de Esclarecimento, Foucault atribui a Kant uma atitude de modernidade, uma forma de estudar o presente, de problematizar a própria atualidade. Podemos entender que na progressão dos estudos sobre Kant, Foucault, em 1983, acaba fazendo uma análise mais detalhada e específica do texto kantiano dedicado às luzes, atendo-se principalmente à questão do estudo do presente e no seu caráter singular com relação a outros estudos feitos sobre o momento em que vivemos. O Esclarecimento começa a aparecer em Foucault como forma primeira de problematização da atualidade, um questionamento do próprio discurso de quem faz a crítica,

¹⁴⁶ BRANCO, Guilherme Castelo. “Kant no último Foucault: liberdade e política”. *Ethica. Cadernos Acadêmicos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2001, p. 80. “Essa particularidade de Kant, a de debater sobre questões importantes de sua época, não foi negligenciada por Foucault, que por sua vez sempre sustentou que a função mais significativa da filosofia é a de realizar o ‘diagnóstico do presente’. Nesse aspecto (e apenas nesse ponto bem específico), o do uso possível da racionalidade para exercício da liberdade e da autonomia, Foucault e Kant não são dissemelhantes”.

o discurso do próprio filósofo. Enfatiza a importância desse pensador do presente identificar acontecimentos que de alguma forma se mostram como resultado de uma atitude crítica, seja na forma de textos, seja na forma de resistências armadas. Seguindo uma valorização da necessidade do estudo do presente, Foucault, como foi trabalhado aqui, busca ir além do Esclarecimento kantiano, valorizando a história e a sua descontinuidade. Sendo que a valorização dessa análise histórica do presente se faz necessária para que o homem possa através desse hábito, desse *ethos filosófico*, buscar uma prática da liberdade pela crítica, pela atitude limite que o coloca diante das fronteiras que lhe são dadas e a possibilidade de experimentar ir além dessas fronteiras. Mas sem conhecer a própria história, a história dos valores e culturas que nos tornam o que somos, não é possível uma autonomia. Sem a crítica sobre si mesmo e das formas de dominação que lhes são impostas o homem não é capaz de saber quando e como ir além dessa dominação: somente por essa prática histórico-filosófica é que o homem é capaz de resistir a uma relação de poder que domina e governa. Quando Foucault ultrapassa os limites do Esclarecimento de Kant, que enxerga na revolução armada algo estéril para o Esclarecimento, ele ultrapassa os limites que o próprio Kant impõe à liberdade e mostra que a sublevação, assim como a escrita de um filósofo, são expressões de resistência, que por sua vez é uma das várias formas de atitude limite. O Esclarecimento kantiano, as formas de resistência e o *ethos filosófico* são atitudes que colocam o homem diante da sua atualidade e o fazem refletir sobre ela, sobre si mesmo e sobre a melhor forma de viver para si e para os outros. Essa busca constante de resistir às diferentes formas de controle da subjetividade que Foucault trabalha no final de sua vida é caracterizada pelo *ethos* da reflexão, pela crítica constante. Pois, segundo Foucault, aquele que governa bem a si mesmo, governará bem o outro.

Podemos concluir através deste estudo que a reflexão sobre o Esclarecimento kantiano feita por Foucault nos mostra a necessidade de uma atitude crítica, de realizar uma ontologia do presente para que possamos ultrapassar os limites impostos pelas relações negativas de poder. Trata-se, em suma, de cultivar uma prática de liberdade através das várias formas de resistência e pelo *ethos filosófico*, ou seja, através de um trabalho constante sobre nós mesmos, no qual possamos refletir sobre nossos limites e possibilidades de ultrapassagem como forma de promover uma atitude crítica na busca de uma prática de liberdade, assim como iniciado há mais de dois séculos por Kant ao questionar sua atualidade com o texto “O que é Esclarecimento?”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, Karina Mirian da Cruz. *Foucault e a Aufklärung como crítica: o presente como questão filosófica*. Disponível em: www.fazeraprender.Hpg.ig.com.br. Acesso em dezembro de 2006.
- BRANCO, Guilherme Castelo. “Foucault em três tempos: a subjetividade na arqueologia do saber”. *Revista Mente e Cérebro – Filosofia*, São Paulo, n. 6, p. 6-13, [2007].
- _____. “Kant no último Foucault: liberdade e política”. *Ethica. Cadernos Acadêmicos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p 79-90, 2001.
- CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- CANDIOTTO, César. “Foucault: uma história crítica da verdade”. *Trans/Form/ação*, Marília, v.29, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scieb.br/scielo.php>. Acesso em 29 de abril de 2008.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução Cláudia Sant-Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- EIZIRIK, Marisa Faermann. *Michel Foucault: um pensador do presente*. 2. ed. Ijuí: Editora Unijui, 2005.
- EUGÊNIA, Vilela. “Resistência e acontecimento: as palavras sem centro”. In: GANDRA, José; KOHAN, Walter (Orgs.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 107-127.
- FOUCAULT, Michel. “A governamentalidade”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber* (Vol. IV). Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 281-305.
- _____. “É inútil revoltar-se?”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: ética, sexualidade, política* (Vol. V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 77-81.
- _____. “‘Omnes et singulatim’: uma crítica da razão política”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber* (Vol. IV). Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 355-385.

- _____. *O que é a crítica?* Tradução Gabriela Lafetá Borges. Conferência proferida em 27 de maio de 1978. Disponível em: www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critique.html. Acesso em dezembro de 2007.
- _____. “O que é Iluminismo?”. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de (Org.). *Dossier: últimas entrevistas*. Tradução Ana Maria de A. Lima. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p. 103-112.
- _____. “O que são as Luzes?”. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (Vol. II). Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 335-351.
- _____. “O sujeito e o poder”. In: Rabinow, P.; Dreyfus, H. *Foucault: uma trajetória filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Portocarrero. Rio de Janeiro. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 1995.
- _____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Tradução Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Foucault: uma trajetória filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 1995.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MADARASZ, Norman. “Foucault e a revolução iraniana: o jornalismo de idéias diante da ‘espiritualidade política’”. In: *Verso e Reverso*, v. XX. Disponível em: www.versoereverso.unisinos.br. Acesso em janeiro de 2008.
- NASCIMENTO, Wanderson Flor do. *Nos rastros de Foucault: ética e subjetivação*. Disponível em: www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art02.html. Acesso em dezembro de 2007.
- NETO, Alfredo Veiga. *Foucault e a educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Coleção Pensadores e Educação).

- ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Tradução: Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Paulo: Clara Luz, 2005.
- SOUZA, Sandra Coelho. *A ética de Michel Foucault: a verdade, o sujeito, a experiência*. Belém: Editora Cejup, 2000.
- TUGENDHAT, Ernest. *Lições sobre ética*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- VASCONCELLOS, Jorge. “Foucault, pensador do presente”. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina Velasco e (Orgs.). *Foucault hoje?* Rio de Janeiro: 7 letras, 2007, p. 11-18.
- VILELA, EUGENIA. “Resistência e acontecimento: as palavras sem centro”. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter (Orgs.). *Foucault 80 anos* Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p 107-127.
- VIANNA, Alexander Martins. “Esclarecimento segundo Kant”. *Revista espaço acadêmico*, n. 31, dezembro de 2003. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/031/31tc_kant.htm. Acesso em dezembro de 2007.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Av. Presidente Vargas, 62/12º andar - Centro CEP: 20071-000. Tel./Fax (021) 2518.2028 ramal 359
e-mail: doumesfi@ugf.br

“KANT NO ÚLTIMO FOUCAULT: ESCLARECIMENTO COMO ATITUDE CRÍTICA DO PRESENTE” Dissertação de Mestrado em Filosofia apresentada por **JUDSON NUNES DE GODOI** em 25 de agosto de 2008 ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UGF-RJ, e aprovada pela Comissão Julgadora formada pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Jorge Luiz Rocha de Vasconcellos
(Orientador)
Universidade Gama Filho – UGF

Prof. Dr. Guilherme Castelo Branco
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Norman Madarasz
Universidade Gama Filho – UGF

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2008

Prof. Dr. Edson Peixoto de Resende Filho
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Filosofia